



**Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística**

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



DISCURSO POLÍTICO À LUZ DA NOVA RETÓRICA:

Chico Pinto e a ditadura militar

por

SUANI DE ALMEIDA VASCONCELOS

Orientador: Prof. Dr. João Antônio de Santana Neto

**SALVADOR
2005**



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



DISCURSO POLÍTICO À LUZ DA NOVA RETÓRICA:

Chico Pinto e a ditadura militar

por

SUANI DE ALMEIDA VASCONCELOS

Orientador: Prof. Dr. João Antônio de Santana Neto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

SALVADOR
2005

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa - UFBA

V331 Vasconcelos, Suani de Almeida.

Discurso político à luz da nova retórica : Chico Pinto e a ditadura militar / Suani de Almeida Vasconcelos . - 2005.

111 f. : il. + anexos.

Orientador : Prof. Dr. João Antonio de Santana Neto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2005.

1. Análise do discurso. 2. Oratória. 3. Análise retórica. 4. Língua portuguesa - Semântica. 5. Discursos parlamentares. 6. Censura. 7. Brasil - História - Revolução - 1964. I. Santos, Francisco José dos. II. Santana Neto, João Antonio de. III. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDU - 81'42

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida e por todos (família e amigos) que pôs em meu caminho, e aos amigos espirituais pelo apoio incansável ...

À Profa. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (querida Ritinha) pela amizade e incentivo permanentes ao meu crescimento profissional.

Ao Prof. Dr. João Antonio de Santana Neto pelo apoio, orientação e confiança a mim dispensados na consecução deste trabalho.

Ao Sr. Francisco José Pinto dos Santos (Chico Pinto) pela disposição em ceder seus discursos, pelos bate-papos esclarecedores e pela atenção constante quando por mim procurado.

Aos queridos amigos e incentivadores: Prof. Eliab Barbosa e Prof. Nilo Henrique Neves dos Reis pelo acolhimento no Núcleo de Filosofia (UEFS) e Prof. Eduardo Chagas pela grande ajuda permanente, desde a elaboração do projeto até o presente trabalho;

Aos amigos e colegas: Ângela Vilma, Ana Rita Sulz, Cláudia Rosário, Danielle Lucas (pela ajuda indispensável nas aulas de inglês instrumental), Eliete Diniz, Gutemberg Oldack, Prof. Erivaldo Neves (pelos comentários valiosos), Glória Sena, Pedro Daniel, Raquel Nery, Gilberto Sobral, Luciano Amaral (pelas pacientes traduções) Luiz Cléber, Bel Pires, Lourdinha Lino e família, Teódulo, Valéria Marta, pela amizade, carinho e confiança que sempre me dispensam.

Aos amigos e companheiros da casa espírita (Centro Espírita Jesus de Nazaré) pelas orações e carinho constantes.

Aos professores das disciplinas do curso de mestrado pelos conhecimentos ministrados e pela receptividade em orientar.

Aos colegas do curso de mestrado pela excelente convivência, troca de conhecimento e grande saudade que deixaram.

E, por fim, à minha família nas pessoas de minha querida e sempre dedicada mãe, D. Deja (Dejazet Vasconcelos); ao meu querido pai (*in memoriam*) Toinho (Antonio Teófilo); à minha amada filha Mariane; às minhas queridas irmãs Suzi, Suzete e Cida e ao meu também querido irmão Mucyo; aos meus sobrinhos amados Dejinha, Rafa, Vivi, Matheus, Lore, Naty e Neco ...

... a todos eles, muito obrigada!

A linguagem designa somente a relação que os homens têm com as coisas e para expressá-las se auxilia das metáforas as mais audaciosas. Transpor uma excitação em uma imagem! Primeira metáfora. A imagem transformada em som! Segunda metáfora. E a cada vez, um salto completo de uma esfera à outra, completamente diferente e nova.

F. Nietzsche

RESUMO

A dissertação "Discurso político à luz da Nova Retórica: Chico Pinto e a ditadura militar" teve como objetivos identificar e analisar os procedimentos argumentativos utilizados para persuadir o auditório, analisar os recursos lingüísticos presentes na elaboração e fundamentação argumentativas e verificar a construção dos sentidos nos discursos a partir da contextualização histórica. Foi utilizado como aporte teórico os pressupostos da Nova Retórica, embasados em trabalhos de Chaïm Perelman e secundado pela vertente teórica da análise de discurso francesa. O corpus escolhido é composto por quatro discursos do ex-deputado federal pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) Francisco José Pinto dos Santos (Chico Pinto), político da cidade de Feira de Santana/Ba, nos anos de 1970 a 1974, entre os governos dos presidentes gerais Emilio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, proferidos na Assembléia Legislativa Federal, em Brasília, DF: Exército: *Nem guarda pretoriana nem tropa de assalto da SS* de 18 de agosto de 1972; *Censura: a imagem do medo* de 19 de outubro de 1973; *General Pinochet: o infame* de 15 de março de 1974 e *Documento de repúdio ao indulto de natal* de 17 de dezembro de 1974. Foram realizadas leituras dos quatro discursos do qual se extraiu trechos em que pudessem ser melhor identificar os elementos selecionados para análise, ou seja, as marcas lingüísticas caracterizadoras de sua escrita.

Palavras-chave: Argumentação; Discurso; Nova Retórica; Retórica; Semântica.

ABSTRACT

The thesis "Discurso político à luz da Nova Retórica: Chico Pinto e a ditadura militar" (Political discourse in the light of the New Rhetoric: Chico Pinto and the military dictatorship) aimed at identifying and analyzing the argumentative procedures used to persuade the audience, analyzing the linguistic resources present in the elaboration and in the argumentative fundamentals, and verifying – based in the historic context – the construction of meanings in the speeches. The theoretical framework used is the New Rhetoric, based on the work by Chaïm Perelman in the light of the French discourse analysis theory. The corpus chosen is composed of four speeches delivered in the Brazilian Congress, in Brasília, DF, by Francisco José Pinto dos Santos (Chico Pinto), politician in the city of Feira de Santana, Bahia, who belonged to the party known as the Brazilian Democratic Movement (MDB) and who was Congressman from 1970 to 1974, between the governments of the General Presidents Emilio Garrastazu Médici and Ernesto Geisel. Four relevant speeches were selected so that the rhetoric style of the speaker could be revealed and constructed based on a specific argumentative structure. The speeches are: Army: *Neither the Praetorian guard nor the SS assault troop of August 18, 1972* (Exército: *Nem guarda pretoriana nem tropa de assalto da SS de 18 de agosto de 1972*); Censorship: *the image of the fear of October 19, 1973* (Censura: *a imagem do medo de 19 de outubro de 1973*); General Pinochet: *the infamous of March 15, 1974* (General Pinochet: *o infame de 15 de março de 1974*); and Document of repudiation toward the Christmas Pardon of December 17, 1974 (Documento de repúdio ao indulto de natal de 17 de dezembro de 1974). The speeches were read and from the readings excerpts were extracted from them so that the elements selected for analysis could be better identified for analysis, that is, the linguistic marks that characterized his writing.

Keywords: Argumentation; Discourse; New Rhetoric; Rhetoric; Semantic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Folheto de propaganda política da eleição no ano de 1970 18

Figura 2 - Folheto de propaganda política para reeleição no ano de 1978 23

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO-POLÍTICO	14
2.1 PANORAMA BRASILEIRO.....	14
2.2 A CIDADE DE FEIRA DE SANTANA	19
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
3.1 RETROSPECTIVA DOS ESTUDOS RETÓRICOS.....	25
3.2 A NOVA RETÓRICA.....	31
4 A CONSTRUÇÃO DO ETHOS	36
4.1 ETHOS E AS IMPLICAÇÕES IDEOLÓGICAS.....	36
4.2 ETHOS E O AUDITÓRIO.....	46
4.3 ETHOS E A CENA ENUNCIATIVA.....	51
5 OS PROCESSOS ARGUMENTATIVOS	55
5.1 DISCURSO, ARGUMENTAÇÃO E SENTIDO.....	55
5.1.1 Análise do discurso: Exército: nem guarda pretoriana nem tropa de assalto da SS de 18/08/1972	58
5.1.1.1 Contexto Situacional	60
5.1.1.2 Os interlocutores	61
5.1.1.2.1 O Locutor	61
5.1.1.2.2 O Alocutário	63
5.1.2 Análise do discurso: Documento de repúdio ao indulto de natal de 17/12/1974	64
5.1.2.1 Contexto Situacional.....	67
5.1.2.2 Os interlocutores	69
5.1.2.2.1 O Locutor	69
5.1.2.2.2 O Alocutário	71
5.2 DISCURSO E SIGNIFICAÇÃO.....	73
5.2.1 A Significação Nominal no discurso	74
5.2.1.1 Análise do discurso: Censura: a imagem do medo de 19/10/1973	79
5.2.1.2 Análise do discurso: General Pinochet: o infame de 15/03/1974	83
6 CONCLUSÃO	90
REFERÊNCIAS	94
ANEXOS	99

INTRODUÇÃO

O *corpus* escolhido para esse trabalho foi decisivo na motivação e conseqüente estudo e análises em argumentação que aqui se realizaram, uma vez que a afinidade que se estabeleceu entre o pesquisador e o objeto da pesquisa não surgiu casualmente, mas teve origem num passado histórico-político, no qual o personagem principal, Chico Pinto, atuou de maneira significativa, não só no âmbito municipal (Feira de Santana), como também em âmbito nacional. Essa importância histórica foi também fundamental para o bom encaminhamento e desenvolvimento das leituras necessárias e das horas gastas na elaboração da pesquisa, e, para uma melhor compreensão de sua importância, faz-se necessário um breve relato histórico-biográfico, a fim entender o porquê dessa escolha.

Francisco José Pinto dos Santos (Chico Pinto), político feirense, nascido a 16 de abril de 1930, filho de José Pinto dos Santos (Coronel José Pinto) e de Inácia Pinto dos Santos (Dona Pombinha), começou sua carreira política como vereador da cidade de Feira de Santana, no ano de 1950, quando também iniciou seu bacharelado em direito pela Universidade Federal da Bahia. Exerceu a atividade advocatícia entre os anos de 1955 a 1962, em Feira, um ano antes de se candidatar a prefeito da mesma cidade. Ganhando o pleito, teve que enfrentar uma câmara legislativa municipal insatisfeita, já que os vereadores de oposição eram minoria; mas não desistiu. A partir daí, ao contrário, não parou mais, construindo sua vida política na militância de esquerda, através das críticas e das denúncias das ações governamentais (municipal, estadual e federal) que considerava contrárias aos interesses populares.

No final do mês de março de 1964, os militares tomam o poder federal e depõem o presidente João Goulart, começando uma caçada implacável a todos aqueles que levantassem a voz contra o governo que ora vigorava: iniciava-se o período da censura geral e irrestrita.

Coerente com sua posição política, portanto, indo de encontro à ditadura, Chico Pinto teve seu mandato cassado, foi preso, processado e recambiado a Salvador para depoimento e posterior encarceramento. Perdendo seus direitos políticos, volta ao cenário político só na década de 70, quando se candidata algumas vezes como deputado federal e é exatamente nesse período da vida política brasileira, entre os anos de 1970 a 1974, que se deterá a presente pesquisa, analisando quatro discursos elaborados e proferidos pelo ex-deputado, dentre outros tantos pronunciados na Câmara Legislativa Federal: *Exército: Nem guarda pretoriana nem tropa de assalto da SS* de 18 de agosto de 1972; *Censura: a imagem do medo* de 19 de outubro de 1973; *General Pinochet: o infame* de 15 de março de 1974 e *Documento de repúdio ao indulto de natal* de 17 de dezembro de 1974.

Seus discursos, de natureza sempre denunciadora e provocativa, foram marcados pela forte tônica elocutória e construídos a partir de estratégias argumentativas, com a finalidade de melhor expor suas idéias e atingir os ouvintes. O estudo retórico, assim, encontra, nessas produções escritas, um farto campo para análise lingüística, evidenciando também elementos caracterizadores de uma produção textual esteticamente viável. A partir dessa constatação, foi utilizado como aporte teórico a Nova Retórica, baseando-se nos trabalhos desenvolvidos por Chaïm Perelman, como também no viés teórico da análise de discurso de linha francesa.

Logo, essa pesquisa se justifica não só pela importância retórica dos discursos ora estudados, mas também pela contribuição que pode ser dada à memória política do país que, em março de 2004, foi lembrado os 40 anos de ditadura militar, à memória histórica da Bahia, Estado pouco conhecido pela resistência à ditadura fardada, e, mais particularmente, pela importância sócio-histórica que esse político representou para a cidade de Feira de Santana.

Tomando-se das contribuições teóricas acima apresentadas (Nova Retórica e a Análise do Discurso Francesa), o caminho para se conseguir o escopo do trabalho já figurava

com clareza, pois o instrumental teórico permitia evidenciar os procedimentos argumentativos utilizados, visando à persuasão dos ouvintes; analisar os recursos de natureza lingüística na construção e na fundamentação argumentativa, tais como as adjetivações e as figuras de linguagem de natureza retórica; e verificar a construção dos sentidos nos discursos, levando-se em conta a contextualização histórica, ou seja, quem é e de onde enuncia o orador e quem é/são o(s) seu(s) coenunciador(es) .

Como procedimento metodológico, foram feitas basicamente leituras dos quatro discursos selecionados, em confronto com as referências teóricas indicadas, a fim de se estabelecer as relações de pertinência entre os argumentos constitutivos dos discursos, os recursos lingüísticos utilizados e as implicações sócio-históricas e ideológicas que perpassaram as produções discursivas em questão. Buscou-se também, leituras de caráter histórico em livros, jornais locais e revistas, complementadas pela audiência em documentários televisivos que mostraram, através de imagens da época e depoimentos, o que foi e o que representou o golpe militar de 1964. Entretanto, o evento mais significativo, nesse percurso laborativo da pesquisa, foi uma conversa, de caráter informal que foi estabelecida com o próprio autor dos discursos, Francisco José Pinto dos Santos, em sua antiga residência, em Feira de Santana. Ali, o ex-deputado relatou alguns detalhes de sua vida política, de fatos marcantes, enquanto deputado federal, esclareceu algumas passagens e dirimiu dúvidas de natureza histórica que se apresentavam.

O corpo da dissertação ficou, então, dividido em cinco momentos fundamentais: no primeiro momento, faz-se uma contextualização sócio-histórica e política, na qual os discursos foram elaborados e pronunciados; no segundo, construiu-se a fundamentação teórica para justificar a escolha do viés de análise; no terceiro, apresentou-se a construção do *ethos* sob três olhares: na perspectiva ideológica, em relação ao auditório e na cena enunciativa; e,

por fim, no quarto momento, as análises lingüístico-retóricas dos quatro discursos selecionados.

O capítulo, intitulado **Contexto sócio-histórico e político**, foi subdividido em duas partes, dando uma visão geral sobre aquele momento vivido, indo desde o golpe de 64 até a década de 70: **panorama brasileiro e a cidade de Feira de Santana**. No **panorama brasileiro**, mostrou-se, brevemente, que o golpe já se articulava desde o governo Vargas (década de 50), chegando à culminância com a renúncia de Jânio Quadros, estendendo-se até os anos 70. Em **A cidade de Feira de Santana**, foi dada continuidade da abordagem anterior, focalizando, porém, a figura do então prefeito e posterior deputado federal Francisco Pinto.

O capítulo **Fundamentação Teórica** foi subdividido em: **Restrospectiva dos estudos retóricos**, no qual buscou-se fazer uma rápida retomada da retórica, indo desde a Grécia Antiga até a modernidade com o revigor dos trabalhos de Chaïm Perelman, com a nova retórica, e em **A Nova Retórica**, no qual foram apresentadas as teses fundamentais e a sua importância para estudos dessa natureza, re-dimensionando a noção de auditório e confrontando as marcas distintivas entre persuadir e convencer a partir da tipologia argumentativa.

O penúltimo capítulo, **A Construção do Ethos**, subdividiu-se em: **Ethos e as implicações ideológicas**, em que apresentou o papel da ideologia no funcionamento do discurso, a partir da formação ideológica, e como esta influencia na constituição do ethos discursivo, haja vista que o sujeito do discurso está condicionado às condições de produção, à formação ideológica e, assim, à formação discursiva; **Ethos e o Auditório** mostrou o quanto o momento da enunciação (AQUI - AGORA) é influenciado pelo auditório e a importância da diferenciação entre auditório e destinatário, na caracterização de Dominique Maingueneau, bem como as noções de auditório trazidas por Chaïm Perelman, num processo dialógico com a tríade argumentativa (*logos, ethos e phatos*) que é aqui retomada na configuração dos

argumentos utilizados, já que o ouvinte os seleciona previamente; e, finalmente, **Ethos e a Cena Enunciativa**, em que foi apresentada a importância da cena enunciativa no processo persuasivo, relacionando-a aos elementos espaço-temporais (estruturas embreantes) e aos lugares sociais de onde emerge a enunciação.

No último capítulo, **Processos Argumentativos**, analisaram-se os quatro discursos, agrupados em dois, tomando-se como critério de divisão a natureza argumentativa e as características estilístico-retóricas de cada um. Subdividiu-se em duas partes; a primeira em **Discurso, Argumentação e Sentido**, na qual foram evidenciados o contexto situacional, o emissor, o receptor e os aspectos espaço-temporais da enunciação, levando-se em consideração a noção de discurso, a natureza do argumento e a obtenção do efeito de sentido persuasivo, nas produções: *Exército: nem guarda pretoriana nem tropa de assalto da SS* de 18/08/1972 e o *Documento de repúdio ao indulto de natal* de 17/12/1974. A segunda parte em **Discurso e Significação**, na qual foi apresentada a complexidade que é o estudo da significação nominal no discurso, na relação nome-sentido-coisa, dando-se ênfase no processo de adjetivação utilizado pelo orador, bem como as figuras retóricas que somam ao processo de persuasão, nos discursos: *Censura: a imagem do medo* de 19/10/1973 e *General Pinochet: o infame* de 15/03/1974.

Na conclusão foram apresentados os resultados das análises feitas, no que tange a eficácia persuasiva dos discursos, levando-se em consideração o lugar social de onde enuncia o locutor (L), seu auditório (alocutários - AL - direto e indireto) e os elementos lingüísticos utilizados, na construção dos argumentos.

Importa salientar que, em anexo, estão as quatro produções (três discursos e o documento de repúdio) selecionadas, nessa dissertação, a fim de se ter a idéia total daquilo que se queria persuadir, observada no imbricamento das relações sintático-semânticas da constituição textual e, conseqüentemente, no seu estilo retórico.

2 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO-POLÍTICO

2.1 PANORAMA BRASILEIRO

Década de 60. O Brasil viveu um dos períodos mais difíceis e intransigentes da política brasileira com o golpe militar no ano de 1964, quando da deposição do então presidente João Belchior Marques Goulart - Jango -, e a tomada do poder pelas Forças Armadas em 31 de março do mesmo ano.

Desde a morte de Getúlio Vargas, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que a instabilidade política se fazia presente. A insatisfação dos militares e a ascensão da oposição civil ao governo Vargas, principalmente nos anos de 1951 a 1954, constituíam-se em forças opressoras à política nacionalista e populista que caracterizava esse governo o que causava indignação por parte dos militares anticomunistas. Algumas reformas de base populistas (aumento do salário dos trabalhadores, por exemplo) começavam a incomodar setores aristocratas da sociedade brasileira que não queriam mudanças que pudessem afetar a sua estabilidade. Essa mesma força oposicionista de base elitista que levou o fim da era Vargas, culminando com seu suicídio em 24 de agosto de 1954, foi a mesma força que, anos depois, iria desestabilizar o governo João Goulart que era, àquela época, Ministro do Trabalho do governo Getúlio Vargas.

Subseqüente ao getulhismo, o governo JK, de 1955 a 1960, do qual o presidente Juscelino Kubitschek era filiado ao Partido Social Democrático (PSD), caracterizou-se pelo desenvolvimento e crescimento da área econômica implementando reformas e mudanças no panorama sócio-político brasileiro, a exemplo da construção do que seria a nova capital federal. Seu governo foi marcado também pela desconfiança da ala fardada, pois não via com bons olhos o "ruidoso rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1959,

por se recusar a aceitar o programa ortodoxo de estabilização proposto por aquela instituição" (SKIDMORE, 2000, p. 28).

A União Democrática Nacional (UDN), em 1960, faz Jânio Quadros presidente, tendo como seu vice o candidato da chapa adversária João Belchior Marques Goulart (PTB), já que naquele período permitia-se o voto em candidatos que não pertencessem ao mesmo partido. Os militares eram simpáticos ao novo presidente do executivo federal, principalmente pela ênfase que deu, em sua campanha, à limpeza da corrupção na sociedade brasileira, usando a vassoura como sua marca. Com a renúncia de Jânio, súbita e silenciosa aos pedidos de explicações, ascende nacionalmente a figura de Jango.

Os militares já se encontravam organizados e eram atentos observadores dos encaminhamentos políticos que o país ia tomando, apoiados pela aristocracia dominante e secundado pelo imperialismo norte-americano. Assim, mesmo antes da ascensão de Jango à presidência da República, a articulação em torno da tomada do poder já era vontade das forças anticomunistas representadas pelo alto escalão das Forças Armadas. A eleição de Jânio Quadros (UDN - 1961-1962) e sua política controvertida entre aplausos da direita e acenos da esquerda, bem como a ação de seu vice - Jango - pois já o conheciam por sua afinidade à ideologia de esquerda que era representada pelo projeto marxista já implantado na antiga União Soviética, levaram à total fragilização de sua empresa presidencialista, haja vista que a desconfiança era geral entre os grupos políticos, mesmo aqueles que o apoiavam, e a própria população que não conhecia com transparência seu programa de governo.

O golpe militar, então, vai vigorar desde a tomada do poder em 64, com o Marechal Castelo Branco à frente da presidência, atingindo seu ápice quatro anos mais tardes, período denominado "anos de chumbo" do governo do presidente Costa e Silva, até seu enfraquecimento, já em meados dos anos 80, com o processo de abertura política, anistia para os exilados e aclamação popular por eleições diretas.

Aquele período entre a metade dos anos 60 ao final dos anos 70 foi marcado por forte repressão às instituições democráticas como, por exemplo, à imprensa e aos veículos de comunicação, culminando com a extinção dos vários partidos políticos (criação do bipartidarismo: Aliança Renovadora Nacional - ARENA -, do partido governamental e Movimento Democrático Brasileiro - MDB, do partido de oposição), cassação de mandatos dentre outras medidas intervencionistas à vida política do país. A indicação de lideranças nos executivos municipal e estadual, nos vários estados brasileiros, foi também outra medida importante para a solidificação das bases ditatoriais, a exemplo dos prefeitos e governadores "biônicos", como assim eram chamados os governantes nomeados pelo poder fardado, a exemplo da liderança do executivo da cidade do Salvador, entre os anos de 1967 a 1970, o senhor Antonio Carlos Magalhães.

Destarte, o golpe militar representou também o esfacelamento da representatividade popular, uma vez que proibiu os movimentos sociais organizados, a exemplo de sindicatos e associações, os quais defendiam reformas de ordem políticas e institucionais, empreendidas pelo governo Jango. Conforme afirma Habert (1994, p.09), “o golpe militar foi uma reação das classes dominantes ao crescimento dos movimentos sociais mesmo tendo estes um caráter predominantemente nacional-reformista”.

A criação dos Atos Institucionais, iniciados no governo Castelo Branco (1964-1967), foi outra medida repressiva de caráter intervencionista nas várias instâncias políticas e sociais, visando à manutenção da ordem através de perseguições, torturas e mortes daqueles considerados comunistas, terroristas e desordeiros pelo Serviço Nacional de Informação - SNI. Os Atos Institucionais foram implementados durante os anos subseqüentes ao golpe militar, tendo como objetivo a implantação concreta e sólida do regime ditatorial.

O Ato Institucional no. 5 (AI 5) do governo Costa e Silva (1967-1969) configurou-se no mais repressivo instrumento de silenciamento dos vários segmentos da sociedade

organizada, haja vista que o ano de 68 foi período no qual aconteceram os maiores protestos conta os abusos da ditadura, destacando-se os movimentos estudantis e operários, bem como ações de alguns padres progressistas. O AI 5 deu poderes ilimitados ao chefe de Estado, outorgando-lhe decisões válidas e legítimas sem possibilidade de contestação que

permitiu-lhe fechar o congresso por tempo indeterminado, continuar a cassar mandatos, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, demitir ou aposentar qualquer funcionário público civil ou militar, estender a censura prévia à imprensa e aos meios de comunicação (HABERT, 1994, p. 10).

A censura, a partir de então, instala-se como um instrumento poderoso de controle estatal, impedindo a articulação entre os focos de resistências espalhados por todo o país, pois só era veiculado o que interessava à ditadura.

O Nordeste foi uma região onde, particularmente, as ações do contra-golpe foram duramente combatidas, estendendo-se meses após a tomada do poder civil pelos militares em março. Os olhares estavam voltados para as principais lideranças políticas daquela região como o governador de Pernambuco Miguel Arraes, o escritor Paulo Freire e o sindicalista Gregório Bezerra, militante do Partido Comunista.

Na Bahia, particularmente, destaca-se o político Francisco José Pinto dos Santos (Chico Pinto) que foi eleito, no pleito de 1962, chefe do executivo da cidade de Feira de Santana (Ba), pelo partido de oposição PSD, com o seguinte *slogan* “Chico Pinto na Prefeitura é o povo governando”, “numa campanha violenta e entusiasmada”, segundo afirma o próprio político em conversa com a autora em 07 de abril de 2003. Eleito por votação relativa, frente ao seu adversário João Durval Carneiro (UDN), toma posse em abril de 1963 e é deposto pela ditadura em maio do ano seguinte, exatamente por contestar os “impositivos” e “desmandos” advindos do regime militar, denunciando torturas e mortes de companheiros políticos, bem como criticando o regime de força daquele momento da vida política brasileira.

A partir de sua deposição, foi preso, começando, assim, uma série de prisões e torturas que sofreria durante sua militância política e se estenderia até o seu mandato de deputado federal, agora pelo MDB, na década de 70, cujo panfleto da campanha pode ser visto na figura 1.



Figura 1

Os governos dos generais Emílio Garrastazu Médici (outubro/69 a março/74) e Ernesto Geisel (março/74 a março/78) deram continuidade ao processo iniciado com o golpe em 64, destacando, nesse período, o aumento da repressão política, do direito e da liberdade individual e de expressão, a exemplo da criação, pelos generais Médici e Orlando Geisel, irmão de Ernesto Geisel, do Destacamento de Operações de Informações (DOI) que, segundo Gaspari (2002, p.174), “por mais de dez anos essas três letras foram símbolo da truculência, criminalidade e anarquia do regime militar”. Outros órgãos de repressão também foram criados, nesse período, com a mesma finalidade de coibir atos do contra-golpe que, na verdade, os militares viam como ações imprescindíveis para a manutenção da ordem, como o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e a Polícia do Estado da Guanabara (DOPS).

2.2 A CIDADE DE FEIRA DE SANTANA

Não é novidade Feira de Santana aparecer no cenário histórico da Bahia nas lutas e nas revoltas civis, seja por sua localização geográfica seja pela atitude de alguns de seus líderes políticos. Há muito que se apresenta como importante centro de resistência às ações do governo local, com finalidade de reprimir atos subversivos. Como um bom exemplo dessa resistência histórica, destaca-se o movimento da Sabinada, revolta baiana, eclodida na primeira metade do século XIX, na cidade do Salvador, na qual se pretendia a independência da província do imperialismo lusitano.

Feira de Santana, nesse contexto, recebe alguns revoltosos comandados por Higinio Pires Gomes, quando do cerco naval a Salvador, antiga capital da colônia, travando-se aí um combate com a força governamental que estava no encalço do líder rebelde. Este buscava refúgio no interior da província, a fim de proteger-se, como também se articular com outros líderes do movimento. A situação geográfica de Feira de Santana deu aos revoltosos condições reais de fuga e de combate, haja vista que a mesma servia de ligação entre o litoral e o sertão que ainda se constituía como região inóspita e de difícil acesso.

Mais contemporaneamente, mas ainda nessa perspectiva de cidade resistente, Feira de Santana também serviu de acolhida e refúgio de guerrilheiros durante o período da Ditadura Militar. Destaca-se, no contexto político local, a figura de Luiz Antonio Santa Bárbara, líder do movimento estudantil de Feira de Santana e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que empreendeu campanhas anti-golpistas ao lado de outros companheiros de militância do Movimento Revolucionário de Oito de Outubro (MR-8), do qual também fazia parte, e que foi responsável pelo seqüestro do embaixador americano em troca da liberação de presos políticos no ano de 1969. Outro fato relevante, nesse panorama, início da década de 70, foi a presença do Capitão Carlos Lamarca que, fugindo da perseguição da força repressora da ditadura, foi recebido em Feira de Santana por Santa Bárbara e José Campos

Barreto (Zequinha), indo todos em direção ao interior, à região do alto sertão, na cidade de Buriti Cristalino, a fim de melhor protegerem-se. Assim, como outros guerrilheiros, foram mortos pela força policial do governo do General Médici: Luiz Santa Bárbara, em 28 de agosto de 1971; Zequinha e o Capitão Lamarca, em 17 de setembro do mesmo ano.

Ainda sobre o foco do golpe militar de 64, algumas cidades baianas, quando da implantação da ditadura, apresentaram indícios de resistência ao novo sistema de governo que ora passava a vigorar. Feira de Santana, mais uma vez, foi apontada por alguns políticos da oposição (PCB, PC do B, PSD) como uma cidade que poderia proporcionar uma melhor resistência ao golpe, principalmente pelas condições favoráveis que o executivo local demonstrava (prefeito Chico Pinto), já que era frontalmente contra as ações da direita, além da cidade estar localizada geograficamente num eixo rodoviário, isto é, numa região com várias entradas e saídas o que facilitaria a fuga dos opositores, caso fosse preciso, dificultando também o cerco policial.

Alguns políticos, à frente daquele movimento, como Haroldo Lima, Péricles de Souza, Raimundo Mendes e Sérgio Gaudenzi, todos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), seguiram da capital baiana para Feira no intuito de se articularem com os políticos locais, e principalmente com o prefeito Chico Pinto, para daí planejarem as estratégias de resistência e até a luta armada. Feira, mais uma vez, destaca-se, nesse cenário, como um foco de resistência, representado pela figura do então prefeito Francisco Pinto (PSD) que, ao ter conhecimento da tomada da presidência pelos militares e esperando um contra-golpe por parte do presidente João Goulart, colocou, na manhã de 1º de abril, um carro de som nas ruas da cidade conclamando a população para um comício, à noite, que foi logo denominado de *Comício da Resistência*. Antes, à tarde, havia convocado a guarda municipal para invadir e render o Tiro de Guerra da cidade com a finalidade de se apoderar de mais e melhores armas para o combate.

Imaginavam que podiam organizar a luta contra o golpe no Estado de modo a fortalecer principalmente os governadores Miguel Arraes, de Pernambuco, e Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, que deveriam liderar o movimento contra os golpistas. Chico Pinto era conhecido por suas posições progressistas, por sua coragem e podia contribuir para a consolidação da idéia. Quando chegaram a Feira, souberam, pelo próprio Chico Pinto, que o Exército, confiando pouco em Lomanto Júnior, governador do Estado, havia assumido o controle do Quartel da PM em Feira de Santana. Não havia mais a possibilidade de tomá-lo. (E.JOSÉ, Lembranças do Mar Cinzento. In: **A Tarde**, 02/08/2001)

Os guardas municipais, cerca de 90 homens, armados com pistolas de pequeno calibre, com velhas espingardas de caça, conhecidas como "papo amarelo", e, na carroceria do carro funerário municipal, partem em direção à sede do exército local. Chegando lá, ficaram de espreita aguardando o sinal do prefeito para invadir, mas voltaram sem mesmo ter disparado uma bala, pois a notícia da possível fuga do presidente João Goulart para o Rio Grande do Sul e de lá para o Uruguai espalhou-se por todos os cantos, enfraquecendo ou mesmo extinguindo qualquer intenção de luta por parte dos opositores. Com a ausência da liderança presidencial, tornou-se inviável para as pequenas lideranças municipais manterem a estratégia de luta para o contra-golpe.

A retração do governo Federal frente ao avanço dos militares, secundado pelo deficiente armamento e o despreparo da ação anti-golpista, minou as expectativas dos políticos que se preparam para a resistência, observando, assim, que era inútil o combate.

Três armas. Era tudo o que tinham. Uma espingarda de caça, um Rossi 22 e um outro revólver, calibre 32. Com este arsenal, concluíram: não dava para fazer o enfrentamento armado do golpe de 64. A resistência, assim, não seria imediata. Era melhor procurar esconder-se e ver então o que fazer. A essa conclusão chegaram vários militantes políticos que tinham ido a Feira de Santana, cujo prefeito, Francisco Pinto, era o dono da espingarda de caça, e que também tinha a disposição de resistir. (E.JOSÉ, Lembranças do Mar Cinzento. In: **A Tarde**, 02/08/2001)

Fracassando a tomada do Tiro de Guerra, o comício não aconteceu o que forçou os políticos feirenses a prepararem-se para saírem de cena. Chico Pinto ofereceu sustentação na partida dos companheiros, mas não deixou a liderança do executivo. No dia seguinte, dois de maio, foi levado por forças militares à presença do comandante Major Élzio para dar esclarecimentos sobre os boatos que corriam pelas ruas da cidade de que ele, Chico Pinto, estaria preparando um levante contra a nova ordem instituída; lá, então, recebeu voz de prisão. Foi levado ao quartel do Barbalho (Salvador) onde ficou preso, passando por vários interrogatórios.

Levado ao quartel do Barbalho em Salvador, comeu o pão que o diabo amassou. A cama era o cimento de um quarto com grades sem janela que enchia de água quando chovia. A "geladeira" era uma lata de querosene com água e equipada com o caneco. O sanitário, daqueles de buraco, fétido. Pior, o uso era sempre de porta aberta com um soldado de fuzil em punho apontando para quem lá estivesse. Não dava nem para fazer cara feia. (VASCONCELOS, 2004, p.9)

Em março de 1970, Francisco Pinto volta ao cenário político, candidatando-se a deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o qual é eleito com uma expressiva votação, tomando posse e iniciando, assim, mais um período de fortes contestações frente aos presidentes generais e aos delitos cometidos em nome da preservação da integridade nacional. Nos quatro anos de mandato (1970/1974), denuncia abusos e autoridade por parte do governo instituído, através dos seus discursos proferidos nas sessões da Câmara dos Deputados, a exemplo de “Censura: A imagem do Medo”, de 1973 e “Pinochet: o infame” de 15 de março de 1974, o qual lhe rendeu este último a cassação dos seus direitos políticos pelo Supremo Tribunal Federal, bem como prisão por agravo a uma autoridade internacional - o então Chefe da Junta Militar do Chile - que estava no Brasil,

àquela época, em visita para a posse do presidente Ernesto Geisel, juntamente com outros Chefes de Estado.

Em cárcere privado, no 1º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, Chico Pinto, sabendo que receberia o indulto de natal do Presidente Ernesto Geisel, escreve-lhe um documento de repúdio ao indulto, alegando que tal medida seria cabível a um criminoso, e não para ele que não se enquadrava com tal.

Seus eleitores e correligionários, inconformados, fazem um movimento popular, na cidade de Feira, pedindo a liberdade de Chico Pinto, distribuindo panfletos com apelo à toda a comunidade, a fim de que fosse restabelecido seus direitos políticos, conforme se vê na figura 2.

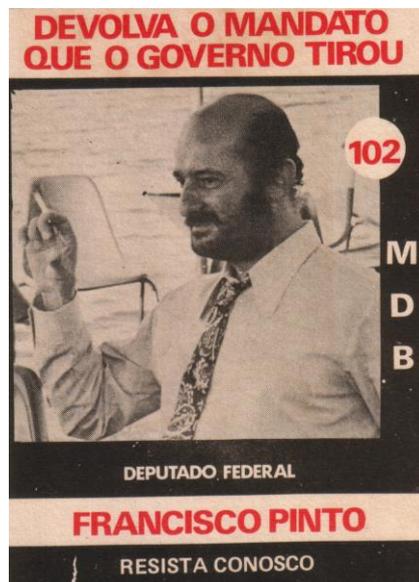


Figura 2

Após sua liberação em abril de 1975, quatro meses a mais do prazo previsto de encarceramento, Francisco Pinto ingressa no Jornal *O Movimento* (SP/DF), em maio do mesmo ano, a convite do amigo Raimundo Pereira que participava do Jornal *Opinião* (RJ)

para, assim, continuar seu trabalho de contestação às ações da ditadura militar. No ano seguinte, ingressa no grupo dos “autênticos” junto com outros militantes políticos do MDB.

Volta ao cenário político em 1978, quando é eleito deputado federal novamente (1978/1982) e, em 1985, participa, ao lado de Ulisses Guimarães, do movimento pelas “Diretas Já”. Cumpre outro mandato de deputado federal no período de 1986 a 1990, agora pelo PMDB, quando se afasta por definitivo da militância política-partidária.

Hoje, reside em Brasília (DF), mas permanece vindo à sua terra natal, Feira de Santana, que, mesmo passado tanto tempo, ainda continua a ser lembrado como um símbolo do político da resistência, num período cerceamento da liberdade política brasileira, contra as ações da ditadura, até mesmo pelos seus opositores políticos.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 RETROSPECTIVA DOS ESTUDOS RETÓRICOS

A retórica nasce na Grécia Antiga (Sicília, séc. V a.C.), mas é em Atenas que se consolida como uma resposta ao desenvolvimento desta sociedade no campo da política e do social que se refletia diretamente pela empresa expansionista das conquistas territoriais. A ascensão da aristocracia, secundada pela instalação da democracia nascente, será a alavanca propulsora de uma nova mentalidade principalmente no que tange às práticas pedagógicas educacionais que se voltam agora para o exercício da *arete*, isto é, do ideal cívico.

Os sofistas, neste período denominado socrático, irão ser os grandes divulgadores da *arte de falar*, conceito mais geral de retórica, influenciando de forma significativa a formação educacional dos jovens gregos. Esses filósofos ensinavam a seus alunos a dominarem bem a arte de sustentar a defesa de uma idéia, bem como a defesa do sentido contrário dessa mesma idéia, pois, assim, estariam aptos a discutir e argumentar sobre as teses propostas, numa assembléia, sem se embaraçarem. Dessa forma estariam, pois, formando os verdadeiros cidadãos para a *pólis* já que esse momento da vida política e social da Grécia exigia homens que pudessem falar em público apresentando idéias claras e, acima de tudo, persuasivas em substituição a velhas concepções da conquista popular pela força tirânica.

O amadurecimento da sociedade grega e, conseqüentemente, o nascimento de uma nova mentalidade política exigiu mudanças mais profundas em seu corpo social, as quais satisfizessem as necessidades da demanda de oradores e de políticos emergentes. A preocupação com a palavra passa a ser questão central nos debates entre pedagogos e filósofos com a finalidade de se constituir um corpo sistematizado de práticas que formassem o cidadão para a arte da conversação. Daí a retórica adquire essa nova conotação como a arte de persuadir.

É bem verdade que, desde Homero, a arte da conversação, de maneira espontânea, a conversação coloquial, já se fazia presente entre os poetas e escritores. Entretanto o caráter mais pontual e determinado na defesa de teses somente aparecerá com o estudo disciplinado e sistematizado da arte de falar, isto é, daquilo que se denominará retórica. Os deuses não falarão mais pelos homens, como no caso da *poesis*; ao contrário, os homens falarão por si mesmos utilizando o que de mais importante os deuses lhes legaram - a razão.

Os sofistas encampam essa empresa educativa já que a eles cabia a atividade do *lógos* na compreensão do mundo natural e da sociedade. Destacam -se, no período de implantação dos estudos retóricos, Górgias, Protágoras e Isócrates, este último já trazendo contribuições importantes do campo da ética que distingue sua abordagem retórica dos dois primeiros. Em essência, a retórica, para esses filósofos, era uma prática individualista, no qual cada um enfatizava uma tese central, mas sem perder o caráter geral que se pretendia, ou seja, abordar os temas mais importantes com sabedoria e habilidade a exemplo da política, da filosofia, da arte e da moral. Seu trabalho era remunerado o que divergia da vida comunitária ateniense despertando também a aversão de alguns segmentos sociais às suas práticas utilitaristas dos ensinamentos.

Aristóteles, em *A Arte Retórica*, preconiza a retórica como uma disciplina capaz de descobrir os meios de persuasão relativos a um dado assunto. O uso da arte da conversação deve estar comprometido com a verdade e com o belo, enquanto a Dialética deveria preocupar-se com a contra-tese, isto é, o olhar sobre o outro lado da discussão: seu oposto.

Ainda sobre a retórica, o estagirita afirma que a sua função primordial não está na persuasão de qualquer forma, mas sim nos meios pelos quais a persuasão pode ocorrer, ou mesmo reconhecer os argumentos silogísticos (*entimemas*) convincentes ou aqueles que se apresentam com um alto grau de convencimento a partir do uso da razão. Não funda a atividade retórica no processo de demonstração das provas para convencer, pois isso seria

próprio da ciência, mas sim na verossimilhança, ou seja, raciocina sobre argumentos que se aproximem do verdadeiro e que podem ocorrer ou não ocorrer.

Nesse trabalho de reconhecimento dos argumentos persuasivos, faz-se necessário identificar, antes de tudo, os lugares retóricos (*tópoi*) dos quais os argumentos emergem. Esses lugares não são propriamente lugares físicos, mas lugares dos saberes humanos, nos quais os homens elaboram idéias e conhecimentos, a exemplo da política, da ciência e da justiça, isto é, da "pluralidade de raciocínios oratórios" (PETRI, 1994, p.18).

Os argumentos, a partir dos lugares em que aparecem, poderão ser formados, isto é, articulados entre si, e identificados com vistas à persuasão. Essa identificação argumentativa irá constituir numa classificação de gênero discursivo, apresentada por Aristóteles, que envolve os três constituintes principais do processo retórico - o orador, os argumentos e o auditório -, mas tomando o auditório como o foco central, a saber : a) discurso deliberativo que é dirigido aos membros de uma assembléia, com a finalidade de aconselhar ou desaconselhar, utilizando-se de exemplo para fundamentar o raciocínio em referência ao tempo futuro; b) discurso judiciário, próprio dos tribunais, com a finalidade de defesa ou acusação, utilizando-se da articulação entre os argumentos para apresentar o raciocínio em referência ao tempo passado; e o c) discurso epidítico que é dirigido ao público em geral, aos espectadores com a finalidade de censura e/ou louvação, utilizando-se de das comparações como recursos de raciocínio em referência ao tempo presente.

Na construção desses gêneros (*techne*), a retórica aristotélica propôs cinco operações que formam a estrutura básica da tessitura argumentativa no processo persuasivo: a) *inventio* que se caracteriza pela reunião, por parte do orador, de todos os argumentos possíveis para persuadir, relativos á sua temática; b) *dispositio* que é a ordenação dos argumentos apresentados; c) *elocutio* que diz respeito ao estilo do orador, ou seja, o uso, por exemplo, das figuras de linguagem e forma de apresentação; d) *actio* que é o próprio

pronunciamento do discurso e que envolve também o como esse discurso é proferido, isto é, gestos e dicção do orador; e e) *memoria* que é o remetimento à memória, a fim de acrescer o discurso.

Essas estruturas se articulam de forma homogênea para a construção discursiva não se detendo os argumentos de maneira estanque em cada uma delas, apesar de sua divisão partitiva, sendo a *inventio*, a *dispositio* e a *elocutio* mais importantes no campo do discurso do que as duas últimas operações.

Importa salientar que, no processo da *inventio*, há toda uma intenção do orador em canalizar os argumentos para persuadir o ouvinte, utilizando-se de um recurso que está ligado à natureza do argumento e ao tema a ser discursado, que se denomina de *provas* ou *razões*. Essas *provas* ou *razões* podem ser de dois tipos: aquelas próprias dos objetos e aquelas que dependem da capacidade de argumentação do orador, diz respeito ao seu talento pessoal.

As razões são utilizadas pelo orador num processo de operação lógica, ou seja, numa perfeita articulação entre os argumentos, a fim de adquirirem força persuasiva eficiente junto ao ouvinte, podendo ser através de duas formas: pelo *exemplum* e pelo *entimema* que têm força persuasiva menos e mais ostensiva, respectivamente. Enquanto este último é a prova por excelência, o primeiro se subdivide em real e fictício (por exemplo, as fábulas).

É ainda na *inventio* que se configuram os tipos de provas que dizem respeito ao campo emocional, seja do orador ou do ouvinte. São elas o *ethos* (*ethe*) que concerne aos atributos característicos do orador, ou seja, a impressão que causa aos ouvintes, e o *pathos* (*pathé*) que se relaciona à sensibilidade do ouvinte.

A segunda técnica retórica (*dispositio*) é dividida em: a) *exórdio* que é a parte introdutória do discurso e que objetiva tornar o auditório mais atento e receptivo à explanação; b) *narratio* que é a narração, ou seja, a explanação do tema, devendo ter clareza, objetividade e credibilidade; c) *confirmatio* que é a confirmação das provas através da

exposição dos argumentos; d) *digressio* que é uma digressão que se faz no discurso através de exemplo ou casos para melhor entreter o auditório pela indignação ou pela piedade; e e) *peroratio* que é a peroração, ou seja, a parte final do discurso.

Na terceira técnica, a *elocutio*, é considerada a parte mais importante da *téchne* retórica, pois é a composição dos argumentos pela escolha intencional do léxico a fim de criar o efeito desejado no auditório, "em sentido técnico, é a redação do discurso" (REBOUL, 2000, p.61).

A quarta parte da técnica retórica (*actio*) diz respeito a própria explanação do discurso e que envolve a capacidade do orador em representar como se um ator fosse e, por fim, a quinta e última parte da técnica retórica, a memória (*mnemé*), está fundamentalmente ligada à sua memorização. Essa última técnica é discutida entre os oradores clássicos como pertencente ou não pertencente a uma técnica, pois, para alguns, memorização é fruto de uma prática e não de um método. Já outros autores a consideram fruto de uma prática sistematizada por um método particular.

Esses operadores lógicos também são divididos de acordo com a pertinência ou não na elaboração do discurso. *Inventio*, *dispositio* e *elocutio* são pertinentes a constituição do discurso propriamente dito, enquanto que *actio* e *memória* são pertinentes ao momento posterior a elaboração discursiva, ou seja, no discurso já terminado.

Todas essas operações fazem parte de um todo do fazer discursivo, ou seja, um conjunto de práticas argumentativas que se chama *partes artis*, compondo a retórica tradicional, mas ainda bastante atual no que tange a elaboração e a compreensão do fazer discursivo.

Indo à linha histórica dos estudos retóricos, vê-se que a Grécia foi o berço da arte retórica e que legou ao mundo romano uma tradição retórica vasta e consolidada via conquistas territoriais e apropriação cultural.

Roma não teve característica de uma civilização preocupada com a tradição das artes literárias, mas sempre esteve voltada para as artes bélicas e a jurisprudência. Logo, os apelos culturais da Grécia encontraram um campo fértil em Roma. Apesar do pouco interesse que os romanos tiveram para com a retórica, eles não desconheciam o “poder” sedutor que a palavras poderia exercer. Entretanto, só a partir do século III a.C, com as Guerras Púnicas, é que o influxo da cultura grega se deu de forma mais contundente na tradição latina, transformando o panorama cultural de Roma. As guerras proporcionaram a entrada “enorme de ricas bibliotecas e obras de arte, escravos e pedagogos para as famílias patricias” (MOSCA, 1997, p. 125). Palco de uma cultura helenizada, Roma surge no cenário das artes literárias, revitalizando os estudos retóricos.

Apesar da influência grega, em Roma somente os gêneros deliberativo e judiciário adquirem expressão, em virtude da natureza do Estado Romano, eminentemente guerreiro e político, associado ao Espírito prático dos romanos que desde cedo criaram um código que se constituiu na lei maior de ordenamento da sociedade romana, ou seja, A Lei das Doze Tábuas.

Até o século I a C, a escola retórica em Roma passou por fases, tendo vários retores de prestígio. O Círculo dos Cipiões foi um desses grupos que reunia estudiosos e entusiastas da cultura grega, que visava criar uma base cultural formada por elementos greco-latinos. Dentre os retores, citam-se: Caio Fúrio Filão (o analista); Caio Fânio (o jurista); Rutílio Rufo (o historiador); Elio Tuberão (o orador); Lucílio(o poeta); Políbio (o historiador) e o filósofo Panécio de Rodes. Esse grupo de pensadores foi o responsável pela mudança da sociedade romana, i.e., por atitudes de cortesia, urbanidade e amabilidade dos gregos.

No século I a C, inicia-se o período áureo da retórica romana, que objetivava “educar a classe dirigente no exercício do poder, mediante a atividade da oratória” (MOSCA, 1997, p.131). A retórica desempenha, nesse momento, papel importante como viés teórico responsável pela condução das vertentes literárias, como também do estilo da eloquência.

Aparece, por volta de 92 a 80 a C, o primeiro tratado latino de retórica o *Rhetorica ad Herennium*, de Cornifício, atribuída equivocadamente a Cícero, não muito bem identificado a sua autoria que tratava de preceitos técnicos, buscando uma terminologia latina.

Retores como Cícero e Quintiliano se destacam pelas obras de importantes que escreveram sobre retórica, enfocando a técnica do bom falar, salientando-se o *De Oratore* e a *Institutio Oratoria* respectivamente.

Com a queda do Império Romano (séc. V), a retórica vai paulatinamente perdendo o prestígio que possuía no mundo clássico. O Mundo Medieval, como momento histórico conseqüente ao mundo romano, não prestigiava as tradições greco-latinas e aquelas que passaram até a Idade Média foram calcadas em valores do cristianismo. A retórica do mundo medieval será pautada nas obras de Cícero e Quintiliano e com a finalidade da conversão religiosa, destacando as *artes sermocinandi* que dizem respeito às oratórias dos sermões.

3.2 A NOVA RETÓRICA

Passado o período de esplendor da cultura greco-romana, a retórica vai, durante os séculos subseqüentes, perdendo seu poder de influência nos diversos campos do saber, reduzindo-se à mera disciplina que auxilia na construção de discursos. O declínio maior dá-se nos primórdios do século XVI com o avanço da tendência cartesiana e a ascensão do pensamento burguês.

A retórica assume a posição de disciplina basilar no estudo e análise dos atos discursivos, uma vez que a retórica, desde o final da Antigüidade Clássica, teve o seu campo de ação progressivamente diminuído, apresentando uma retomada no Renascimento, pois, na Idade Média, “a retórica ficou sendo essencialmente a arte de apresentar verdades e valores já estabelecidos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 1996, p.179).

Na Idade Moderna, as correntes de pensamento, particularmente dos filósofos racionalistas e empiristas, refutaram a possibilidade de a retórica compartilhar seu campo de ação e de estabelecer-se como uma via de acesso ao conhecimento,

entretanto, faz uns vinte anos que assistimos a um lento renascimento da importância da retórica, e isso seguindo a direção das correntes filosóficas que, desde as filosofias da vida, da ação e dos valores, até o pragmatismo, marcaram a revivescência filosófica desde quase um século. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA , [1958], 1996, p.180)

Nos anos de 1950, a Nova Retórica acena como uma possibilidade de retorno aos estudos retóricos, fundados pelos sofistas, mas garantindo-lhe importância no mundo das ciências contemporâneas e não como um mero recurso de estilização da palavra. Devolve à "arte da palavra" o prestígio que desfrutava na Antigüidade Clássica, apontando-a como essencial para a análise constitutiva do discurso. Estabelece também as idéias fundamentais, quanto a caracterização do argumento discursivo.

O ressurgimento da retórica, no pensamento europeu, deu-se pelos estudos do filósofo do direito Chaïm Perelman que inicia o processo de retomada da dialética e da retórica, como forma de conhecimento, com a publicação de uma obra significativa intitulada *Traité de l'argumentation - La nouvelle rhétorique (Tratado da Argumentação - A Nova Retórica)* em 1958. Nesse livro, Perelman, secundado por sua colaboradora Lucie Olbrechts-Tyteca, questiona o cartesianismo e o positivismo, ainda vigentes, como o único caminho ao conhecimento e estabelece uma reviravolta nos estudos relacionados à oratória, pois retoma certas vertentes desvalorizadas pela secularização, a exemplo da natureza dialética do discurso. Amplia, assim, o método aristotélico de composição discursiva, como também sua finalidade última que é a persuasão e estabelece uma nova maneira de se compreender a arte retórica através de um procedimento argumentativo guiado pela razão lógica.

A Nova Retórica elegerá alguns princípios fundamentais na relação orador e ouvinte, principalmente quando redimensiona os conceitos de orador, auditório e a tipificação discursiva, sinalizando que o processo argumentativo de persuasão começa no orador, desde o seu ponto de vista, e não apenas em referência ao auditório destinado, gerando, como consequência imediata, o estabelecimento dos gêneros discursivo que tomam o auditório como o escopo de sua classificação.

O primeiro desses princípios é o "acordo", embasamento de toda a argumentação, porque, se todo discurso é dirigido para um auditório, esse auditório deve estar apto, de alguma forma, a ouvi-lo, ou seja, é necessário que haja predisposição de interação recíproca entre os interlocutores; é a essência da relação orador e auditório. E auditório é o outro ponto de fundamental importância para a Nova Retórica, haja vista que para persuadir é necessário ter-se em conta a quem será dirigida a argumentação e, nesse caso, "como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 1996, p.21). Todavia, as noções de auditório universal e particular serão relativizadas, isto é, põe-se em discussão qual a natureza desse auditório, se real ou ideal.

No tocante à tipificação dos discursos, estabelecida por Aristóteles, a Nova Retórica questiona essa classificação, preconizando a atemporalidade para a aplicação dos argumentos, pois a "atemporalidade e a não compartimentalização dos fatos são fundamentais para conhecer a natureza complexa dos objetos" (OSAKABE, 1999, p.178).

O argumento, assim, adquire o *status* antes ocupado pelas evidências matemáticas e estendido às ciências humanas, ou seja, enquanto o discurso analítico não prescinde das demonstrações claras e evidentes para obter o convencimento dos ouvintes, minimizando a força argumentativa pelo caráter evidente dos fatos, a nova retórica elege o verossímil como o

caminho possível à persuasão já que a verossimilhança propicia o caráter dialético das idéias na interlocução.

A natureza do argumento, a partir da Nova Retórica, rompe com o critério da prova, da evidência, já que estabelece a proximidade teórica com a dialética. Portanto, a oposição das teses constitutivas dos argumentos é o critério admitido para persuadir. Para tanto, então:

- a) elege a verossimilhança, o plausível, o provável como pertencentes ao campo da argumentação;
- b) refuta a idéia de evidência, na teoria da argumentação, pois aquela limita a ação argumentativa;
- c) defende as técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes apresentam;
- d) ressalta a importância do auditório, pois é nele que o argumento se desenvolve;
- e) afirma que todo discurso se dirige a um auditório.

A técnica argumentativa é outro ponto central nas discussões da Nova Retórica do qual herdou a dicotomia conceitual entre persuasão e convencimento, e é a partir dessa distinção que a técnica argumentativa se constrói. A importância dada a essa distinção fundamenta-se na valoração e superioridade que a tradição clássica imputou à razão, da qual o a noção de convencimento está associada, em detrimento da noção de persuasão que se vincula à opinião e a vontade. Dessa forma, convencer é apresentar argumentos que possam ser analisados pelo crivo da racionalidade, enquanto que persuadir não é passível desse tipo de análise.

Questão polêmica e sem uma definição absoluta, para a Teoria da Argumentação, a natureza das provas, ou seja, a natureza dos argumentos e o tipo de auditório são fatores que caracterizam e demarcam o ato do convencimento e da persuasão.

De caráter mais objetivo, o convencimento liga-se à inteligência e, portanto, estaria voltado para o auditório universal, pois este tipo de argumento poderia ser analisado à luz da razão. Já a persuasão estaria voltada para o auditório particular, por ter um caráter mais subjetivo, e o tipo de argumento ser destinado a um público específico.

No que tange a análise do discurso político, a Nova Retórica trouxe uma contribuição significativa, no campo dos processos argumentativos, que envolvem orador e auditório, pois discute quem é esse orador e o que, de fato, constitui-se no auditório, bem como a sua classificação. Retomando as teses principais propostas por Aristóteles, em sua abordagem sobre a "arte da conversação", sobre essa relação, ou seja, o caráter do orador, as paixões dos ouvintes e ao valor demonstrativo do discurso, a Nova Retórica elege como tese fundamental exatamente a adesão das mentes às idéias expostas, como já foi colocado.

O discurso político, próprio do gênero deliberativo, evidencia com maior contundência a relação que envolve a tríade aristotélica do processo retórico da persuasão. Recupera, também, a condição do sujeito enunciador (orador) não mais como um sujeito individual que fala por si só, mas que fala coletivamente, representando o grupo social no qual está inserido.

Assim, utilizando-se dos recursos analíticos da Nova Retórica, associados às contribuições teóricas da Análise de Discurso Francesa é possível perscrutar o discurso político em suas nuances, tomando-se a língua como instrumento ideológico no processo persuasivo, sem negligenciar todos os eventos circunstanciais que envolvem o evento lingüístico.

4 A CONSTRUÇÃO DO ETHOS

4.1 ETHOS E AS IMPLICAÇÕES IDEOLÓGICAS

A discussão sobre ideologia é de fundamental importância para se compreender o comportamento do locutor no momento de sua enunciação (*ethos*), uma vez que o seu *modus operandi* está inevitavelmente ligado à sua bagagem cultural refletida em sua vida social.

O *ethos*, etimologicamente, prende-se ao sentido de ética, ou seja, ao comportamento do indivíduo na vida comunitária, pois a valoração das suas ações só se dá mediante a inserção na sociedade, onde os membros interagem entre si, produzindo cultura, ciência, religião, sistema econômico próprio etc., na condição não de individualidades isoladas, mas, ao contrário, como pertencentes a um quadro social heterogêneo e multifacetado que expressa o lugar de pertencimento do indivíduo. Importa salientar que essa abordagem não desconsidera a subjetividade construtora de valores sociais e que é caracterizadora da personalidade, porém somente no contato entre os indivíduos e nas trocas simbólicas que esses atores sociais realizam, no campo da linguagem, da comunicação, é que se evidencia a hierarquização das idéias.

Na retórica clássica, o *ethos* é de fundamental importância para que aquilo que está sendo dito consiga atingir os ouvintes, pois, como "arte de persuadir", já que a mesma trabalha com a palavra e leva em consideração o aspecto físico do orador, isto é, sua entonação vocal, seus gestos, etc., constitui-se na primeira forma de interação do orador com o auditório; daí a orientação de Aristóteles ([V aC], 1979, p.97) de que "é absolutamente necessário não ter só em vista os meios de tornar o discurso demonstrativo e persuasivo; requer-se ainda que o orador mostre possuir certas disposições e as inspire ao juiz".

Ainda em seu estudo sobre "a arte da oratória", o filósofo apresenta o significado do *ethos* no processo discursivo demonstrando e definindo as possibilidades que o orador poderia

assumir, tomando-se como base o critério discursivo que, segundo MAINGUENEAU (1999, p.45), divide-se em “*phrônesis* (ter o aspecto de pessoa ponderada), *ereté* (assumir a atitude de um homem de fala franca, que diz a verdade crua), *eunóia* (oferecer uma imagem agradável de si mesmo), etc.” Essa tríade está, em *Arte Retórica*, como condições indispensáveis para o exercício retórico e principalmente para inspirar confiança nos ouvintes. Para Aristóteles, o bom orador deve primar, pela prudência, pela virtude e pela benevolência, a fim de que suas opiniões sejam prenes de justeza e sem maldade e, assim, possa impressionar o auditório.

Aristóteles ([V aC], 1979, p.97) condiciona o raciocínio retórico à emotividade, não apenas como mero acessório no processo de persuasão, mas como um recurso necessário e imprescindível para obter o efeito de sentido desejado no ânimo dos ouvintes, movimentando recursos de ordem física e psicológica. Classifica esses fatores, que influenciam a emotividade, como paixões, denominando-as e mostrando suas implicações no âmbito do juízo de valor, quando afirma que "as paixões são a causa que introduzem mudanças em nossos juízos, e que são seguidas de pena e de prazer; tais são a cólera, a compaixão, o temor e todas as outras emoções semelhantes, bem como seus contrários".

Na retórica aristotélica, o *ethos* (dimensão moral e estratégica do locutor) articula-se com dois outros elementos importantes, o *phátos* (dimensão psico-emocional do alocutário) e o *lógos* que está relacionado aos argumentos, isto é, à razão, compondo uma estrutura triangular, em que cada elemento ocupa um vértice numa correlação interdependente. A estrutura triangular do evento retórico, que é, em essência, um evento comunicacional, possibilita vislumbrar a dimensão pragmática da linguagem quando recorre a fatores extralingüísticos para explicar o intercâmbio de sentidos entre os interlocutores, como, no caso, da intersecção entre o gestual e psíquico.

Para a Análise do Discurso (AD), entretanto, seja, aquilo que se diz e como se diz, é inseparável da formação discursiva (FD), ou seja, numa dimensão ideológica. O sujeito do discurso aparece não como um ser totalmente livre na elaboração e escolha do seu processo enunciativo, como também aquele agente que individualmente provoca o estado emocional dos seus ouvintes; ao contrário, é permeado pelas condições históricas, institucionais e ideológicas, nas quais se encontra imerso desde quando nasce, isto é, é uma imposição da formação discursiva que se insere. A noção de sujeito, assim, apresenta-se um tanto diversa daquela apresentada pela lingüística estruturalista, na qual o falante é visto como um simples produtor da linguagem dissociado das condições históricas e sociais.

A representação do sujeito apresenta, dessa forma, três modos básicos, a partir das posturas teóricas assumidas, do momento histórico vivenciado, como também das fases de estruturação que passou a própria disciplina do discurso: para a AD-1, na visão de M. Pêcheux, fundador da AD francesa nos anos 60, o sujeito é concebido como uma “máquina discursiva”, anulando-se como fonte produtora do discurso, mas reproduzindo outros discursos já formados; na AD-2, concebe-se o sujeito a partir do conceito de formação discursiva de M. Foucault, a partir de sua obra *Arqueologia do Saber* [1969], da qual se extrai a idéia de que não existe o sujeito individual, mas apenas o sujeito ideológico, ou seja, aquele que reproduz o discurso da ideologia dominante e, por fim, na AD-3, o sujeito é definido pela sua heterogeneidade dominante, um sujeito marcadamente clivado por outros discursos, isto é, salienta-se a noção de interdiscurso. Dessa forma, o sujeito (locutor/orador) para a AD é algo extremamente complexo, pois sendo o centro da ação discursiva, sobre ele recai todo um aparato de análise e de vertentes teóricas que ora o analisa como um indivíduo com subjetividade particular, ora como uma engrenagem no processo sócio-histórico e reproduzidor da ideologia dominante.

Nas abordagens discursivas, o sujeito do discurso (locutor/orador) é percebido nessas três instâncias supracitadas, revelando-se heterogêneo e pluridimensional, particularmente quanto a uma consciência de pertinência histórica, pois essa consciência não é neutra, mas é constituída de múltiplos fatores que são internos e externos ao homem. A formação discursiva aí é um recurso interessante para entender a dimensão complexa do sujeito-enunciador e do funcionamento discursivo, pois como todo discurso emerge de uma FD particular, o discurso e o sujeito são, então, oriundos da resultante entre as condições de produção (CP) e da formação ideológica (FI).

Segundo Pêcheux ([1975], 1997), o sujeito do discurso re-dimensiona-se a partir da figura de interpelação, tomada em Althusser nos *Aparelhos Ideológicos do Estado* [1970], como aquele que media as relações de contradição próprias da dimensão ideológica. A interpelação funciona como uma definidora de papéis sociais, nos quais o sujeito interpelado é clivado em "sujeito de direito (aquele que entra em relação contratual com outros sujeitos de direito, seus iguais) e o sujeito ideológico (aquele que diz ao falar de si mesmo: 'Sou eu!')" (PÊCHEUX, [1975], 1997, p.154). Apresenta-se também a diferenciação entre indivíduo e sujeito que aparenta ser variante de uma mesma entidade, mas, na verdade, contrapõem-se uma vez que o sujeito só é concebido na instância do lugar ideológico, ou seja quando é chamado à existência pela interpelação da ideologia.

O funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece 'a cada sujeito' sua 'realidade', enquanto sistema de evidências e de significações percebidas - aceitas - experimentadas (PÊCHEUX, [1975], 1997, p. 162).

O sujeito, nessa perspectiva, é a representação das instituições sociais as quais se encontra preso. Reproduz o discurso secularizado por estas forças de poder, já assimilado, personificando o lugar ideológico de onde enunciam. Este lugar, de onde o sujeito fala, nada mais é do que o espaço interdiscursivo, pois ali estão presentes várias outras vozes “homogeneizadas” aparentemente pela enunciação do(s) locutor(res).

A compreensão do *ethos*, na inter-relação com a formação discursiva, estabelece o ponto de apoio da implicação ideológica no processo discursivo. A performance do locutor, que se pretende exitosa em seu objetivo persuasivo, não se configura em uma mera representação teatral. Há, sim, um processo denominado de incorporação que, conforme Maingueneau (1997, p.48), "designa esta mescla essencial entre uma formação discursiva e seu ethos que ocorre através do procedimento enunciativo". Esta "mescla essencial" é a engrenagem que faz com que se movam articuladamente a formação discursiva, de onde provém locutor e alocutário, o caráter social e individual do sujeito e a predisposição do alocutário em ser persuadido.

Analisando-se o funcionamento do discurso (CP \rightleftarrows FD \rightleftarrows FI) e a circulação do sentido, faz-se necessário ressaltar a condição de reversibilidade que é inerente ao discurso, pois a interlocução aponta para a troca de papéis e para a coenunciação, entretanto, a reversibilidade pode ser comprometida pelo tipo de gênero discursivo ao qual se vincula. As assembleias políticas, caracterizadas pelo gênero deliberativo, são um exemplo prático do comprometimento da reversibilidade discursiva, haja vista que nelas o que predomina é o argumento de autoridade veiculado por um locutor que o legitima.

A autoridade política (L), que representa uma formação discursiva específica, enuncia de um lugar social, de onde sua fala desfruta de prestígio, porque manifesta uma verdade que lhe é conferida pelo seu *status*, alicerçada no poder outorgado-lhe pelo povo, através do sufrágio popular, ou pelo Estado. Com essa atitude, remete o L para si mesmo o

caráter do autoritarismo, acentuando a constituição do seu *ethos*, porque "não há argumento de autoridade que não repercuta em quem o emprega" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 1996, p.350).

Por meio do discurso autoritário, o locutor consegue obstaculizar o fluir do sentido do discurso, fazendo com que o alocutário passe de um partícipe da interlocução para um destinatário passivo, reduzindo a reversibilidade comunicativa a uma condição quase nula. Essa quase nulidade discursiva mascara uma outra situação para o ouvinte que é a possível interação com o orador; mas a interação não se estabelece. Surge, assim, uma aparente reversão que, em realidade, não passa de uma "ilusão da reversibilidade" (ORLANDI, 2001, p.240). Esse evento nada mais é do que o exercício e afirmação do viés ideológico (formação ideológica) que permeia todo o ato discursivo.

Aos imbrincamentos da ideologia, pode entender-se, de forma geral, como uma convicção adotada por um indivíduo ou por um grupo de indivíduos, como também maneiras diversas de ver e compreender o mundo que o(s) cerca. Pejorativamente, a ideologia é concebida como idéias abstratas, meramente especulativas, sem nenhum valor social ou individual objetivo. Assim, definir ideologia, bem como suas implicações no campo discursivo, situando-a no espaço sócio-histórico, já aponta o *ethos* discursivo, tipo de alocutário que co-enuncia e o conjunto de fatores que compõem esse espaço enunciativo que é a cena enunciativa.

A palavra ideologia, protagonista de várias discussões de filósofos e pensadores, é concebido por Chauí (1984, p.113) como

um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem fazer e como devem fazer.

Nessa concepção conceitual, estão embutidos valores, regras e normas práticas de conduta para a vida em comunidade, a fim de que seus membros possam conviver de forma a minimizar os antagonismos.

Já sob a ótica do materialismo histórico, o termo ideologia é concebido numa relação muito próxima entre as idéias (forma de conceber o mundo) e o contato entre indivíduos numa sociedade de base econômica capitalista. Os indivíduos ao nascerem, segundo o materialismo histórico, já encontram uma divisão social, previamente determinada, mas que acreditam ser tal divisão um dado "natural", ou seja, acredita-se ser o curso normal da história. Entretanto, os indivíduos apenas ocupam lugares sociais (político, profissional, etc.) já estabelecidos a partir de patamares produtivos: os detentores dos meios de produção e aqueles que são força produtiva.

O termo ideologia, assim, ganha forma e força histórica a partir do desenvolvimento e propagação das idéias marxistas, pensadas sobre a relação capital/trabalho que se constitui como o alicerce de qualquer sociedade, isto é, está, na estrutura econômica de qualquer grupo social, a gênese de sua existência, assim como as regras sociais de convivência entre seus membros. A relação de poder (capital/trabalho) exercida pelos indivíduos define o tipo de organização social e os valores culturais ali geridos; isso tudo sustentado pela ideologia, isto é, pela força das idéias (de quem detém o poder econômico) inculcada.

Dessa forma, a proximidade entre poder e linguagem traduz-se em práticas sociais materializadoras das relações de produção, as quais o homem encontra-se subordinado; as bases econômicas da sociedade definem também os lugares sociais que cada um deve ocupar. Entretanto é válido salientar que estas relações de poder são cíclicas, na medida em que as idéias dominantes também são influenciadas por outras concepções ideológicas anteriores, evidenciando, assim, que não se trata de uma relação monovalente em que o grupo dominante

esteja isento de influências ideológicas. Ao contrário, esse grupo também é herdeiro das formas e condições de existência prévias.

Diremos que as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si os 'processos discursivos', na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classes (PÊCHEUX, [1975], 1997, p. 93).

Pêcheux ([1975], 1997, p.144) aponta, ainda, o entendimento da ideologia não como um simples jogo de idéias entre os membros de uma comunidade nem como a "dominação da ideologia dominante"; isso seria dar à ideologia um caráter reducionista. Identifica as práticas dessas relações sociais como, de fato, a materialização da ideologia, isto é, estabelecendo uma relação de desigualdade, contradição e subordinação de sujeito para sujeito, forjadas nos aparelhos ideológicos de Estado em que se situam, pois que esta também é herdeira de outras.

A linguagem, como um espaço de interlocução, de mediação entre os indivíduos, no qual circula as idéias, não poderia eximir-se da influência ideológica por ela veiculada, pois, como um produto da atividade humana, é por ela mesma que se consegue verificar o poder de influência e penetração que as idéias conseguem ter nos agrupamentos humanos, demonstrando assim o seu caráter de não neutralidade.

A língua, então, definida como uma relação entre signos lingüísticos (palavra), carrega, em sua definição mesma, a característica mais relevante da ideologia, ou seja, o significado e sentido que as idéias comunicam. Assim, ao mesmo tempo que a língua media a interlocução, é influenciada por estas relações de força na forma de idéias concretizadas no discurso.

A ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história. Como o discurso é o lugar desse encontro, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que melhor podemos observar esse ponto de articulação. (ORLANDI, 1993, p.20)

Vale a pena também, nessa discussão, apontar os mecanismos de interdição discursiva, os quais influenciam de forma direta a configuração daquele que enuncia (*ethos* do locutor), bem como a repercussão da sua enunciação sobre os ouvintes (*phatos* do alocutário). Na observação de Michael Foucault ([1971], 1999, p.19), "os três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso" seriam a "palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade da verdade". O referido autor deter-se-á, em sua palestra, quando da aula inaugural no Collège de France, em 1970, no terceiro elemento apontado de interdição, entretanto, vale mais aqui uma abordagem sobre a palavra proibida que se configurará na ação da censura.

Nessa concepção dos sistemas de interdição, Foucault ([1971], 1999) apresenta uma noção engajada sobre autor, transladando-o da posição ordinária de produtor de um texto ou mesmo de falante, para o representante de um "agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência" (FOUCAULT, [1971], 1999, p. 26). A concepção de autoria é perpassada pela costura da ideologia, constituindo-se esse autor num sujeito-ideológico que é oriundo de um lugar social de onde enuncia, e que também assujeita-se ao circunstanciamento de sua enunciação.

As ações e atitudes, no processo da enunciação, do sujeito-ideológico, pertencente a um sistema de restrição, de controle, também sofrem os impositivos da interdição, as quais se refletem no que Foucault ([1971], 1999, p.39) denomina de ritual, ou seja, todo o aparato gestual, de comportamento, de movimento, do uso da língua indo até o efeito sobre os ouvintes, enfim um conjunto de fatores que compõem o *ethos* discursivo, apontando que

os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos (FOUCAULT, [1971], 1999, p. 39).

A censura, como um desdobramento da interdição discursiva, é reveladora dessa relação que conjuga o sujeito discursivo, a formação do seu ethos, bem como o efeito de sentido que o discurso obtém junto aos ouvintes, isso porque a censura não interdiz simplesmente a palavra, mas aquele que a enuncia. E como este que enuncia está inscrito num lugar sócio-histórico e político singulares, é, na verdade, sobre a posição de sujeito que a censura se manifesta, isto é, "a censura não é um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação" (ORLANDI, 1993, p.78).

Assim, censura-se não o indivíduo (identificado pela proibição da palavra), mas tudo aquilo que ele representa, de que recebeu influência direta e indireta, das várias vozes e dos discursos (interdiscurso) que compõem a formação discursiva que pertence.

Importa salientar que o discurso, sendo um espaço de conflitos, um lugar de jogo de forças, de dizeres, em geral, os sujeitos do discurso não têm consciência das intersecções que a linguagem estabelece com as forças culturais, históricas, sociais e ideológicas nas quais estão mergulhados. Logo,

O discurso bem menos do que um ponto de vista, é uma organização de restrições que regulam uma atividade específica. A enunciação não é uma cena ilusória onde seriam ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem. (MAINGUENEAU, 1997, p.50)

Para o funcionamento do discurso, como já abordado, a FD apresenta-se como uma estrutura central na composição desse espaço de forças contraditórias, onde se inscreve um aspecto formador do discurso - o sentido -, haja vista que este só se constitui a partir de uma FD, a qual é a sua matriz. Tornando mais claro, discurso só apresenta sentido quando este é vislumbrado nos espaço das condições de produção discursiva, aliado aos determinantes

ideológicos. Logo, o discurso veiculador de sentido é a representação do sujeito, interpelado pela ideologia, que se percebe enquanto pertencente a uma FD particular.

4.2 ETHOS E O AUDITÓRIO

Não se pode falar em retórica, como arte da oratória, sem prescindir do auditório, ou seja, o lugar para onde toda argumentação se dirige, constituindo-se também o lugar para onde a argumentação é construída e adquire sentido.

Na própria elaboração do processo argumentativo, o auditório, para o orador, assume um grau de importância espetacular, já que a própria tessitura textual é realizada na intenção de quem vai ouvi-la, a fim de envolver o(s) ouvinte(s) e, assim, persuadi-lo(s) ou convencê-lo(s) de alguma idéia, pois como toda "argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 1996, p.21). Logo, o auditório assume um papel essencial na laboração argumentativa, e a construção discursiva é dele dependente. Pode-se até afirmar que sem auditório não existiria a materialidade discursiva, ou seja, o texto.

Perelman-Tyteca ([1958], 1996, p.17) ainda salientam as condições psíquicas e emocionais que caracterizam o auditório, pois para a argumentação ser eficiente deve encontrar condições propícias de aceitabilidade para que se faça entendida e vice-versa, já que "argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual". A fim de que haja o "contato dos espíritos", não é necessária apenas uma construção argumentativa inteligível, mas sim que a mesma tenha um impacto sobre as mentes daqueles que a ouvem, como também sensibilize, através de sua mensagem, o campo emocional do ouvinte.

O conceito de auditório, nessa perspectiva, liga-se quase que indissociavelmente à concepção de sentido, isto é, o efeito de significação que a argumentação pode obter, já que toda enunciação se dirige a um destinatário ou aos destinatários com alguma finalidade prévia. Acresce-se a essa noção, que auditório não deve ser entendido apenas como um espaço físico circunscrito, onde estão o orador (locutor =L) e o auditório (alocutário = AL), frente a frente, compartilhando o mesmo ambiente físico, mas ganha dimensões maiores que extrapolam o mediato, aí se instalando as várias definições de auditório.

Tomando-se a dinâmica relacional entre orador e auditório, é válido salientar a tipologia discursiva, apresentada por Aristóteles, em *Arte Retórica*, para daí se entender a constituição argumentativa característica de cada um, a funcionalidade do argumento, como também sua ação persuasiva. Nessa obra, Aristóteles ([V aC], 1979) divide os argumentos nos campos da emoção (*ethos* e *phátos* respectivamente) e da razão (*lógos*), formando, assim uma estrutura articulada entre o orador e o auditório (emoção) com o argumento elaborado (razão), que se configura como a materialidade discursiva.

O *ethos* diz respeito aos argumentos que caracterizam o agente do discurso, isto é, aquele que manifesta a palavra seja ela escrita ou oral. Relaciona-se com o orador, porque é a imagem que faz de si para impressionar o outro no processo do discurso. *Phátos* são aqueles argumentos que suscetibilizam o ouvinte, principalmente no campo das emoções, constituindo-se como um argumento retórico de grande força. Já o *logos* está relacionado com a estrutura e disposição dos argumentos, no qual a Lógica e a Sintaxe desempenham papel preponderante. Embora a retórica clássica considere o auditório como ponto de partida para a classificação dos gêneros discursivos, essa tipologia, na Nova Retórica, amplia-se, pois se verifica que é também herdeira da articulação dos vértices da tríade argumentativa, definindo-se, assim, a partir do espaço de interlocução entre o orador, a mensagem e o auditório.

Esses elementos compõem a estrutura triangular do ato retórico, no qual é possível perceber que o auditório não se constitui num lugar estanque e nem mesmo num lugar isolado, mas faz parte de uma composição retórico-argumentativa, interferindo na construção do discurso e no efeito de sentido que é obtido. Auditório, então, passa a ser, nessa perspectiva, um "lugar social", onde seus membros são atores sociais numa circunstância discursiva particular; esse "lugar" demarca quem é o ouvinte e o efeito de sentido que a mensagem terá.

A controvérsia em torno da definição do auditório acontece em virtude da posição assumida pelo orador no processo discursivo, além da heterogeneidade de que é composto o auditório. Para a Nova Retórica, o auditório se divide, basicamente, em três tipos: auditório universal, o particular e aquele composto pelo próprio orador nas situações de monólogo. A concepção de auditório universal é discutível se se levar em conta quem é, na verdade, esse auditório universal, ou seja, por quem ele é formado e como a argumentação poderia ser entendida por todos. O auditório, nessa categorização, passa a ser considerado, então, uma instância ideal e não real, já que garantir a compreensão argumentativa pelos ouvintes, como também a habilidade discursiva do orador em atingir uma diversidade de opiniões, torna-se um engodo.

Na percepção do orador, o auditório universal, isto é, o auditório ideal, não passa de uma ficção elaborada por ele, não tendo nenhuma correspondência a um evento real. Em contrapartida, o auditório particular é aquele de relação direta do orador com aquele conjunto de ouvintes mais específico. Essa distinção funda-se também no objetivo que se quer obter, ou seja, no auditório particular, faz-se uso dos argumentos persuasivos, objetivando um efeito mais imediato, e, para o auditório universal, busca-se convencer, ou seja, utiliza-se de raciocínios válidos universalmente. Assim, o auditório é concebido a depender do tipo de argumentos utilizados e sobre o que se quer persuadir ou convencer, sendo também um

construto do orador e não algo já pré-definido, exceto pelo tipo de ouvinte para o qual se dirige a argumentação.

É válido ressaltar, nessa discussão sobre auditório, que o mesmo se distingue da concepção de destinatário no processo comunicativo. No ato enunciativo, o enunciado não caminha numa direção única, ou seja, do locutor para o alocutário, tendo este o papel apenas de ouvinte. Não se pode desconsiderar, no ato de interlocução, a função dialógica que é inerente ao ato comunicativo, tomando-se como referente o caráter polifônico inerente a todo enunciado (entendido aqui em sentido amplo ou restrito, por exemplo, um texto). O L assim como o AL re-significam o enunciado a partir dos seus lugares sociais, interagindo de forma contínua na interlocução passando a coenunciadores da ação comunicativa.

A partir da diferenciação entre auditórios, trazida pela Nova Retórica, inaugura-se uma nova categoria, na tipificação argumentativa, que é a relação espaço-tempo entre a natureza dos argumentos e tipo de auditório. Para o auditório universal (espaço não delimitado), admite-se os argumentos convincentes que são marcados pela sua atemporalidade, pois faz uso dos raciocínios lógicos, do qual conduzem às certezas. Já o auditório particular (espaço delimitado), os argumentos persuasivos são de caráter temporal, pois se dirige a um tipo específico de ouvinte, conduzindo à adesão dos argumentos apresentados.

Para ter caráter retórico, os argumentos, como o *lógos* da tríade retórico-argumentativa, devem ser os mais próximos possíveis da realidade (o mais verossímil) sobre a qual se pretende abordar com a finalidade de persuasiva. A construção argumentativa pede uma análise prévia do auditório, levando-se em consideração as múltiplas possibilidades de variantes na composição do conjunto de ouvintes como a idade, características psicológicas, o nível de instrução, as opiniões dominantes e etc. Há, portanto, um caráter sociológico na noção de auditório, que é retomado por Perelman-Tyteca ([1958], 1996), e que não pode ser

desconsiderado pelo orador, o qual deve ter em conta essas distinções, como também ter um grau de flexibilidade bom o suficiente para adaptar-se ao tipo de auditório que vai se direcionar.

Na verdade, há uma relação dialética entre orador e auditório no sentido de quem define quem, ou mesmo quem condiciona quem, pois, se de um lado, o orador seleciona os argumentos próprios para um tipo de auditório, por outro, o auditório já o define independente do orador. Entretanto, apesar da figura do orador ser uma peça principal na constituição retórica da argumentação, pois é sobre ele - o locutor - que está centrado toda força de elocução na exposição da idéia que se quer comunicar, seja sua natureza prática ou emotiva, é ainda "ao auditório que cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 1996, p.27).

No discurso político (gênero deliberativo), por exemplo, o auditório é composto por uma assembléia que é homogênea, ou seja, compartilha das mesmas idéias e que se situa fisicamente num dado lugar. Entretanto essa homogeneidade é apenas aparente e esse lugar também é simplesmente conceitual, uma vez que a retórica se propõe à persuasão, tomando-se *a priori* o acordo, através dos argumentos verossímeis, e o espaço são os lugares indicados pelo papel social desempenhado pelo ouvinte que pode realmente ser, no caso, uma assembléia legislativa ou mesmo a comunidade em suas várias instâncias sociais.

A adaptação do orador ao auditório, bem como a adesão às teses deste por aquele, constitui-se numa outra questão de fundamental importância no processo retórico. Instala-se, dessa forma, a partir do binômio adaptação/adesão, uma possibilidade de questionamento sobre a natureza tipificadora do auditório e da inter-relação entre orador, argumento e auditório, levando-se em conta que o argumento é o elemento mediador do evento comunicativo numa via de mão dupla, pois ao tempo que o orador influencia os ouvintes, é

também por esse influenciado, alterando a todo momento, a dinâmica argumentativa em decorrência dos efeitos observados no auditório; daí o aspecto da adaptação contínua do orador no processo discursivo.

Essa adaptação gera uma outra questão de suma importância, no processo retórico, que é a reunião do orador, do auditório, do espaço físico, como também do lugar social ocupado por ambos, que é denominado por cena enunciativa, ou seja, o conjunto dos elementos caracterizadores, de forma geral, do evento discursivo.

4.3 ETHOS E A CENA ENUNCIATIVA

A cena enunciativa está ligada a todo o processo retórico que, em seu conceito geral e em uso aqui, é o da adesão às idéias apresentadas. Para esse procedimento vir a termo, o locutor adquire uma função importante, haja vista que é a partir dele que se constrói toda a performance enunciativa.

A linguagem humana, e mais particularmente a língua, está ligada a condicionantes extra-lingüísticos, que a situa para além de uma ação meramente comunicativa, mas externa, na verdade, não só o pensamento através dos elementos lingüísticos, como também os fatores sócio-culturais que estão adjungidos a essa forma de pensar e, portanto, de dizer. E o "como" dizer também é fruto desses fatores externos à língua, mas não menos importantes que os fatores internos, é também fundamental na composição da linguagem do homem. Instaura-se, a partir dessa percepção, uma inter-relação entre língua e aspectos social, cultural, ideológico, político etc., em que o lugar social, de onde fala o locutor, é fator relevante, na compreensão do que se enuncia. Pode-se observar, assim, que a língua traduz o espaço social ocupado pelo locutor ou mesmo que nesse espaço a língua é traduzida.

Na abordagem enunciativa, a língua sai do plano abstrato e adentra as instituições sociais fazendo parte delas, e os utentes, como seus usuários, se representam também a partir dessas instituições das quais são oriundos. Os falantes aqui não são apenas o(s) locutor(es) da enunciação, mas também o(s) alocutário(s), ou seja, os ouvintes, aqueles para quem a enunciação é dirigida, proporcionando uma relação de influência recíproca e de acordo mútuo quanto às convenções sociais de comunicação; "logo, um sujeito ao enunciar presume uma espécie de 'ritual social da linguagem' implícito, partilhado pelos interlocutores" (MAINGUENEAU, 1997, p. 30).

As instâncias sociais (política, religião, escola, família etc.) e tudo que a elas está relacionado moldam o papel desempenhado, no processo comunicativo, entre L e AL já que ambos compõem estas instituições. Assim, participam da ação comunicativa na qualidade de sujeito - agente da enunciação, isto é, um EU referente do discurso, bem como na qualidade de sujeito - assujeitado, pois ao mesmo tempo que enuncia sentenças que expressam seu pensamento, acreditando ter um caráter inédito em seu discurso, expressam também valores culturais, sociais e ideológicos dominantes, caracterizadores do lugar social do qual é oriundo e que estão subjacentes discurso, sustentando-o e legitimando-o .

Observa-se, então, que a cena enunciativa é algo de extrema complexidade, não se reduzindo só no L e no AL, em seu aspecto individual e linear, ou mesmo no espaço físico dissociado da situação contextual que o evento discursivo ocorre. Outrossim, envolve uma gama de fatores como as condições de produção (CP), ou seja, sob quais condições históricas, sociais, culturais, etc., são produzidos o discurso e se situam o L e as AL, relacionadas à formação ideológica (FI) dos interlocutores mediados pela formação discursiva (FD) que é uma espécie de reguladora do discurso, tendo implícito os lugares sociais ocupados pelo sujeito-enunciador, determinando, assim, o que se produz em termos de idéias e das

ideologias condicionadoras aí presentes. O evento discursivo, então, é fruto da conjunção entre a CP, a FI e da FD na qual participam os atores sociais em circunstâncias específicas.

A cenografia, além de formada pelo enunciador e co-enunciador do discurso, que emergem de uma FD particular, também é composta pelos elementos espaço-temporais coordenadores da enunciação, - o AQUI e o AGORA -, que se articulam entre si como marcadores referenciais do enunciado: a "deixis" discursiva. As marcas de tempo e de espaço transitam no âmbito discursivo não necessariamente presas às leis de tempo e de lugar àquelas tradicionalmente conhecidas, ou seja, dependentes de relógio e calendário, mas podem transcender o momento da enunciação, remetendo-se para além ou aquém do tempo e do lugar em que o enunciador e co-enunciador se situam. Dessa maneira, a cena enunciativa pode compor-se e recompor-se ao logo do processo discursivo, através de estruturas embreantes, dêiticos de tempo (advérbios de tempo) e espaço (advérbios de lugar), caracterizadoras da situação de enunciação.

Quando se analisa a cena enunciativa da atividade política, mais particularmente ao discurso político, leva-se em conta a posição do L que, nesse estudo, trata-se de um deputado federal, eleito por um partido de esquerda, num período de cerceamento dos direitos políticos e individuais àqueles se posicionam contra o governo instituído (ditadura militar/década de 70). Sua voz é legitimada pelo "lugar social" que ora ocupa, como representante da vontade popular, revelada pela FD da qual é oriundo, ou seja, dos condicionantes sócio-históricos e ideológicos que marcam indelevelmente sua oratória, evidenciados pelas estruturas lingüísticas utilizadas de forma intencional, para se obter o efeito de sentido desejado nos co-enunciadores, tendo a assembléia legislativa federal como um alocutário mais direto e seus eleitores, e conseqüentemente a sociedade brasileira, como alocutários indiretos do processo enunciativo.

Como todo discurso é contextualizado e obtém sentido quando remetido a outros discursos, a todo momento o L dirige sua enunciação a fatos ocorridos e a vozes de outras pessoas, figuras de destaque no cenário político nacional e internacional, para compor seu ato discursivo, reafirmando e defendendo as idéias apresentadas. Com isso, proporciona à cena enunciativa, como um todo, impacto de caráter intelectual e moral no ânimo do AL imediato, vinculando a essa ação contundente a persuasão dos ouvintes, sem perder de vista os desdobramentos conseqüentes desse impacto no AL não imediato.

5 OS PROCESSOS ARGUMENTATIVOS

5.1 DISCURSO, ARGUMENTAÇÃO E SENTIDO

Para compreender o que seja o discurso e como se forma, necessário se faz percorrer caminhos diversos do conhecimento, mas sem nunca perder de vista o que se propõe a AD, levando-se em consideração o sujeito e as condições sócio-históricas desse sujeito e do seu discurso.

Tomando-se o discurso como um espaço social de debate e de luta, os aspectos históricos, ideológicos e sociais ganham imensa importância, haja vista que o sujeito do discurso e seu interlocutor não estão alheios a esse confronto, mas se constituem como personagens nesse processo interativo. O funcionamento discursivo encontra aí seu ponto de apoio, ou seja, só se estabelece quando se leva em consideração os elementos mediadores da interlocução que extrapolam o meramente lingüístico, a exemplo da tríade sugerida por Orlandi (2001, p.132) para explicar o mecanismo de funcionamento do discurso: CP (condições de produção), FD (formação discursiva) e FI (formação ideológica) todas mediadas pelo funcionamento discursivo. Conceito tomado em Foucault, a FD é uma espécie de reguladora do discurso, já que tem como implícito os lugares sociais ocupados pelo sujeito-enunciador, determinando, assim, o que se produz em termos de idéias e das ideologias condicionadoras aí presentes. As discussões, em torno da Formação Discursiva (FD), são fundamentais para uma análise mais clara sobre o discurso, já que o homem está preso a uma situação histórica, a qual compõe sua identidade, enquanto ser social. Apresenta-se, também, entrecortada por outras formações discursivas, isto é, por outros discursos já produzidos, em lugares em que outros discursos já transitaram, desfazendo-se, assim, o ideal de discurso original e de singular.

A partir dessa abordagem, observa-se que a FD não pode ser concebida como uma unidade, um espaço totalizante e homogêneo, mas sim um espaço de conflito, em que os discursos se interligam e se associam, estabelecendo-se uma rede discursiva, caracterizadora daquilo que se denomina de interdiscurso. Este não sendo isolado, mas construído a partir de outras FD, carrega em seu bojo, conceitos como condições de produção e sentido do discurso.

As condições históricas e sociais, isto é, as condições de produção, são relevantes no que diz respeito à construção do sentido, pois este àquela está subordinado. Mudando-se as condições sociais e históricas, também o sentido do discurso é alterado e, quando o sentido muda, certamente será diante de outro contexto sócio-histórico.

A formação ideológica (FI) diz respeito ao lugar social de onde emerge o discurso, na fala do locutor, constituído pelos aspectos ideológicos que formam a identidade do sujeito-enunciador.

Assim, na constituição textual, é imperioso levar em consideração o percurso discursivo que passa pelas condições de produção e pela formação ideológica, mediadas pela formação discursiva, que se estrutura pelas marcas formais da argumentação que indicam aspectos ideológicos presentes no discurso.

Os processos argumentativos são evidenciados, na tessitura discursiva, a partir das marcas lingüísticas que caracterizam a fala do locutor, sabendo-se que este não fala por si só, mas através de outras vozes e de outros discursos. Observa-se, então, que o sujeito do discurso não é único, ou melhor, monofônico, mas polifônico, uma vez que sua voz é perpassada por tantas outras vozes, marcadamente ideológicas, assim como a dele (heterogeneidade discursiva).

O sentido que é pretendido pelo sujeito-enunciador, nessa perspectiva, não tem uma orientação definida e imutável. Ao contrário, é construído à medida que o locutor o enuncia e, principalmente, para quem se dirige o enunciado. O alocutário, assim, é peça-chave na

constituição dos sentidos, pois, segundo Maingueneau (2001, p.54), a enunciação não caminha numa única direção nem o auditório é passivo no processo receptivo. A participação do auditório é significativa para que o discurso adquira sentido e atinja seu objetivo, isto é, a interatividade desempenha papel importante na constituição argumentativa, haja vista que o locutor enuncia para um alocutário que re-enuncia para ele - processo de **coenunciação**. Para Perelman e Olbrecht-Tyteca ([1958], 1996), este evento (interação) é o fundamento do procedimento retórico, haja vista que a adesão às teses expostas necessita de um contato intelectual por parte do alocutário, ou seja, o poder de persuasão está diretamente relacionado com grau de interferência que o discurso desempenha no ânimo dos ouvintes.

Discurso, condição de produção e sentido, assim, estão interligados na constituição textual, marcado pela heterogeneidade ideológica. O texto, como materialidade do discurso, então, se configura como espaço de oposições discursivas que se confrontam em condições históricas específicas. Estas forças oposicionistas são conduzidas e materializadas, dentro do discurso, pela formação ideológica, ou seja, uma rede complexa de atitudes e posições histórico-sociais assumidas pelo sujeito que estabelecem o jogo de forças dentro do texto.

5.1.1 Análise do discurso: **Exército: nem guarda pretoriana nem tropas de assalto da SS de 18/08/1972.**

No discurso, *Exército: nem guarda pretoriana nem tropas da SS*, o político Francisco Pinto faz uma análise profundamente marcada pelo caráter denunciador da repressão e da censura instituídas pelo sistema ditatorial. As Forças Armadas, particularmente o exército brasileiro, é a temática central desse discurso, constituindo-se no sistema disciplinador daquele momento da história política do país e comparado à polícia alemã nazista.

É ressaltada a figura do General Augusto César Muniz de Aragão como um dos protagonistas do regime de força na manutenção da ordem e da disciplina. Resgata, também, trechos do discurso do general Muniz de Aragão, no qual ratifica o compromisso das Forças Armadas com o bem-estar social, a partir de três qualidades, para ele, fundamentais, quando afirma que as

Forças Armadas deveriam encontrar-se **disciplinadas, adestradas e aptas**, prontas para a ação contra o desrespeito a lei, a perturbação da harmonia entre as classes, e o exercício do arbítrio e a prática da violência (ARAGÃO *apud* Anexo A, p.100)

O combate aos militantes comunistas, denominados pela ditadura de terroristas, foi uma das grandes metas do governo Médici através de uma verdadeira caça a estudantes, artistas, escritores, jornalistas, políticos, dentre outros, que fossem vinculados ao PCB ou ao PC do B ou mesmo simpatizantes. Figura, nesse contexto, a pessoa de Carlos Marighella, presidente estadual do PC do B (BA), atuando em âmbito nacional e morto, em 1969, pela repressão, saindo sempre na defesa dos militantes comunistas afirmando, em depoimento no DOPS/RJ, que "os comunistas não têm feito outra coisa senão uma pregação tenaz contra a

guerra e em favor da paz" (MARIGHELLA, [1965], 1994, p.76), buscando, assim, desconstruir a imagem de anarquia que estava vinculada à militância comunista, principalmente no que tange à adjectivação de terror que carregavam.

Utilizando-se dos discursos próprios do regime de força e opressão, a exemplo da denominação de terrorista que faz uso para apontar os contraditores da ditadura, "Neste País o desrespeito à lei não é privilégio dos **terroristas**, mas também do Governo" (Anexo A, p. 100), Francisco Pinto reverte o sentido, naquele momento, de que as Forças Armadas deveriam estar prontas para o esmagamento das instituições democráticas; ao contrário, coloca-as como defensoras de tais instituições, ressaltando as condições necessárias para a caracterização de um estado de direito, no qual "leis justas e legítimas existam e traduzam a média da consciência coletiva" (Anexo A, p. 100).

O termo ditadura e tudo que a ele está ligado e se refere é contestado em todo discurso do ex-deputado, já que tanto a ditadura de direita ou de esquerda e daí a obediência ilimitada ao sistema político imposto, fazem obscurecer a participação popular nas decisões governamentais e, conseqüentemente, o fenecimento da democracia. A partir dessa postura, convoca a participação das Forças Armadas para exercerem de fato a missão que a elas compete, ou seja, combate à violência, e a garantia da segurança nacional, e não "para tornar-se milícia, guarda pretoriana ou tropa de assalto SS" (Anexo A, p.101). Adiante, completa seu argumento afirmando que, assim,

os oficiais da dignidade de guardiões da pátria, ver-se-iam levados à condição de beaguins ou inquisidores e, mesmo de sequazes ou esbirros de camarilhas sem fé e sem patriotismo (Anexo A, p.101).

Nota-se que, em todo o discurso, há defesa pelo estado democrático e de direito, no qual as leis sejam respeitadas e que a liberdade de opinião e de expressão sejam garantidas. Enfatiza a necessidade de que o exército deveria estar ao lado do povo e não contra este, no cumprimento das garantias constitucionais.

Querem estes governos que os militares sejam fiéis executores destas leis; e quando estes passam a impor ao povo o cumprimento de leis ditadas por minorias arbitrárias, eles se desviam de suas verdadeiras missões, esquecendo-se ‘de suas nobres tradições’ e deformando assim a prática de sua função constitucional, para tornar-se milícia, guarda pretoriana ou tropa de assalto da SS (Anexo A, p.101).

5.1.1.1 Contexto Situacional

O AQUI da enunciação é o lugar social do qual o EU fala. Lugar esse de autoridade, pois a enunciação não pode vir de quem não foi legitimado a falar. O L, Francisco Pinto, deputado federal, eleito por votação direta, fala com autoridade conferida pelo povo. Representante popular, faz uso do lugar social que ocupa para falar em nome de quem o elegeu a fim de denunciar os abusos de autoridade das Forças Armadas, bem como defender os interesses de ordem social, ou seja, a liberdade de pensamento e expressão.

A autoridade que lhe é conferida, a partir do lugar legitimado, é utilizada para fazer avaliar a situação sócio-histórica brasileira, tomando-se o medo que permeia uma sociedade imersa em Estado totalitário. Aponta a omissão política de certos grupos sociais como atitudes que corroboram a destruição de valores democráticos, a despeito da liberdade de expressão, o que também ensurdece as vozes daqueles que se posicionam contra o medo.

Ninguém quer se compromete com vozes discordantes. E o medo não está longe, ele se encontra presente entre nós, nas mais variadas camadas da população e se apresenta sob as mais variadas formas. (Anexo A, p.99)

Contrariamente, observa que, nessas situações de ditadura, o senso comum orienta que é melhor não se opor ao poder fardado, pois a repressão se faz mais ostensiva.

Se é um militar que fala, a experiência tem aconselhado a todos que dele não se deve discordar e a prudência recomenda nem elogiar é bom. (Anexo A, p.100)

O AGORA corresponde ao momento da enunciação. Neste caso, diz respeito ao governo do General Emílio Garrastazu Médici, considerado general “linha dura” na condução do executivo, especificamente no ano 1972 que já representava o final de sua presidência. Como esse discurso retrata a indignação do político Francisco Pinto frente às ações da Forças Armadas que, na verdade, deveriam estar ao lado do povo, protegendo-o e zelando pela segurança nacional e não esmagando as conquistas democráticas e sociais, a exemplo das perseguições e torturas, as estratégias retórico-persuasivas do L centram-se na força que a imagem negativa da polícia de Hitler pode causar na imagem do exército brasileiro e, assim, sensibilizando, naquele momento, o AL.

Interessante notar, porém, que o tempo que demarca o processo de enunciação, não se prende apenas ao momento cronológico, mas transcende, transportando-se a tempo (evento) passado, no caso ao nazismo, para criar, através da analogia, um maior poder persuasivo junto aos ouvintes, ou seja, o AGORA discursivo relativiza-se na construção retórica a depender do sentido que o L pretende dar à sua argumentação.

5.1.1.2 Os interlocutores

5.1.1.2.1 O Locutor

Neste discurso, o L é representado por apenas uma pessoa, na voz do político Francisco Pinto que ocupa a posição de deputado federal a favor dos interesses populares. Esse EU não fala de maneira pessoal, isto é, na primeira pessoa do singular, mas, muitas vezes, em nome de uma coletividade, marcando, entretanto, seu discurso na impessoalidade (forma pronominal), inserindo-se também no todo social através do uso de um vocabulário (substantivos) que dê conta dos vários segmentos sociais. A saber:

Nos países onde impera o Estado de Direito **todos** assumem responsabilidades, **todos** conhecem os limites de suas atribuições,..., **todos** opinam livre e despreocupadamente, **todos** emitem conceitos e julgam publicamente os poderosos do dia, enfim **todos** fazem opções (Anexo A, p.99).

Quando o **intelectual**, o **estudante**, o **empresário**, o **operário** se recusam a participar da vida política brasileira não é porque a esta negam validade e nela não crêem, vendo-a reduzida a simples força coonestante (Anexo A, p.99).

O Governo Brasileiro, como de resto todos os governos autoritários, **impõe-nos** leis justas e injustas... (Anexo A, p.100)

Utiliza-se também das marcas lingüísticas argumentativas - sentenças afirmativas – constituindo-se nas modalidades assertivas (PETRI, 1994, p.78) que dão o tom de presencialidade da carga ideológica que defendia, naquele momento discursivo, bem como o tom contundente com que marca sua fala na intenção de produzir um efeito bombástico no auditório – os operadores argumentativos- na forma de adjetivos. Esse conjunto de procedimentos argumentativos, segundo Petri (1994, p. 71), “pertencem as manobras ou estratégias discursivas, utilizadas pelo locutor com a intenção de produzir determinadas interpretações”. Senão vejamos:

Neste País o desrespeito à lei não é privilégio dos terroristas, mas também do Governo (Anexo A, p.100).

Seus oficiais da dignidade de guardiães da Pátria, ver-se-iam levados à humilhante condição de **beleguins** ou **inquisidores** e, mesmo de **sequazes** ou **esbirros de camarilha** sem fé e sem patriotismo (Anexo A, p.03).

O caráter polifônico também está presente em seu discurso, uma vez que se apropria da fala do General Augusto César Muniz e de parte do editorial do jornal O Estado de São Paulo para consubstanciar as teses levantadas e defendidas pelo locutor. Veja-se,

A verdade é que se o **‘País está sendo objeto da inveja, cobiça e cupidez de outros Estados, por tradições imperialistas e dominadoras, ora agressivos ora subversivos na maneira de agir’** como assevera, não é menos verdade que aquilo que para ele é, apenas uma **‘grande preocupação que me punge a alma de patriota’**, já se constitui em uma realidade em nosso País (Anexo A, p.100).

que a transformação das Forças Armadas em milícia ou guarda pretoriana nunca se dá por ato formal ou com plena consciência e concordância de seus membros. Simplesmente vai acontecendo, aos poucos, até que um dia se verifica sua evidência, até mesmo sem culpados ou responsáveis diretos (Anexo A, p.101).

5.1.1.2.2 O Alocutário

O auditório, o TU da cena enunciativa, segundo Perelman, é fundamental na constituição argumentativa, pois se configura como o caminho, o percurso do discurso, visando à adesão das teses defendidas pelo locutor/orador (L).

É, portanto, a natureza do auditório ao qual alguns argumentos podem ser submetidos com sucesso que determina em ampla medida tanto o aspecto que assumirão as argumentações quanto o caráter, o alcance que lhe serão atribuídos (PERELMAN; OLBRECHT-TYTECA, [1958], 1996, p.33)

Nesta cena, o alocutário (AL), constituído pelo presidente da república, no caso o general Emílio Garrastazu Médici, e pelos outros parlamentares que integram a relação da interlocução – emissor/receptor -, buscando influenciar nas opiniões e nas futuras decisões parlamentares e governamentais que, porventura, tivessem que ser tomadas.

Observa-se, outrossim, que o locutor também almeja atingir outros receptores não explicitados nos discursos, ou seja, receptores não-alocutários. Trata-se dos meios de comunicação que, mesmo sofrendo os agravos da censura, poderiam, de certa forma, publicar seu manifesto e daí atingir um auditório bem maior do que aquele restrito à Câmara Federal.

5.1.2 Análise do discurso: Documento de repúdio ao indulto de natal de 17/12/1974.

Nesse discurso, como nas outras produções textuais, Francisco Pinto utiliza-se da sua condição de político e sabedor das leis que regem a nação para externar, de forma contundente e denunciadora, sua indignação diante daquilo que considera um ato arbitrário do governo federal.

Faz-se necessário esclarecer que esse documento de repúdio, endereçado ao Concelho Penitenciário, foi escrito, enquanto cumpria prisão, no 1º. Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, em 17 de dezembro de 1974, decretada pelo Presidente Ernesto Geisel, em virtude do político feirense ter pronunciado, nove meses antes, um discurso, na Câmara Federal, contra a presença de Pinochet, no Brasil, intitulado "General Pinochet: o infame" (15 de março/1974) que também foi estudado nesse trabalho.

No documento de indulto de natal, o ex-político (L), na condição de preso político, questiona a legalidade de sua prisão. Desconsidera o indulto dado pelo governo Federal já

que, na qualidade de não criminoso, como se auto-intitula, não precisaria ser indultado, dispensando qualquer regalia ou medida jurídica que o beneficie.

Noticiaram os jornais que poderei ser indultado por decreto ora assinado por Vossa Excelência, já publicado, no qual estaria eu perfeitamente enquadrado. Rogo a Vossa Excelência que me livre de mais este constrangimento - o de um perdão que não solicitei; por crime que não pratiquei e de cujo fato gerador não me arrependo e nem tenho que me arrepender. (Anexo B, p.103)

Como bacharel em direito, formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), recorre aos seus conhecimentos jurídicos para fazer ver à máquina administrativa federal que sua recusa está embasada em conhecimento de causa, além de aproveitar o momento para fazer críticas à situação política do governo em questão.

O indulto seria, então um bis in idem, isto é uma pena política a mais sobre tantas outras que me foram impostas por um tribunal que capitulou. (Anexo B, p.103)

O locutor, neste trecho como a todo o momento, chama atenção sobre si, enquanto subordinado pela força da autoridade, marcando sua posição discursiva no lugar daquele que não fala por si, mas sim em nome de uma comunidade (representante do povo), quanto às críticas feitas ao general Pinochet. Ratifica essa opressão, da qual é vítima, pela expressão latina "bis in idem", ou seja, "repetição sobre a mesma coisa" que pode ser entendida como a mesma pena aplicada para mesma pessoa.

Considerado um elemento periculoso à ordem nacional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Chico Pinto utiliza-se dos dispositivos legais, próprios da atividade jurídica, agindo em causa particular como seu próprio advogado. Deixa claro ao Presidente da República que não está alheio às penas impostas a ele, mas que as conhece muito bem, inclusive pondo-se à disposição da mesma autoridade como um exemplo de fato, quando afirma que carta, além do caráter denunciador, também se constitui numa confissão.

Aflige-me a perspectiva que os jornais apontam. Por isto quero deixar claro que o meu enquadramento neste decreto é apenas aparente: trago à consideração à Vossa Excelência, neste **depoimento**, que é uma **confissão**, alguns elementos que permitirão definir, diante do que preceituo art. 2º. o referido decreto, a cessação da periculosidade. (Anexo B, p.103)

Critica a legitimidade e põe à prova a idoneidade do STF, no cumprimento das medidas legais, haja vista a negação de um direito líquido e certo a um representante do poder legislativo, e a não imparcialidade na aplicação da pena, baseando-se nas prerrogativas constitucionais que são garantidas a qualquer autoridade dos três poderes republicanos.

Se assim não fora, não teria negado 'sursis' **a um membro de um dos poderes da República**, com endereço certo e atividade política permitida, réu primário, condenado à pena mínima. Se assim não fora, não lhe teria imposto pena acessória ainda virgem de aplicação pelo Supremo Tribunal Federal - a da suspensão dos direitos políticos - quando o mesmo Tribunal a considerava inaplicável, até, então, por depender de regulamentação o dispositivo constitucional (artigo 149 § 3º). (Anexo B, p.103-104)

Adiante, recorre ao fator moral para justificar sua argumentação, representado por seu *ethos* discursivo (imagem de si) que foi criado a partir de sua militância política de esquerda, formando uma contra-imagem àquela criada pelo poder executivo, bem como dos seus representantes mais diretos, ou seja, a de um indivíduo perigoso.

A **periculosidade** que em mim vislumbrou a Suprema Corte decorre do fato de ter o setenciado posição de firmeza e não de submissão na sustentação dos compromissos de sua vida pública. (Anexo B, p.104)

Assim, questiona, em todo o documento, qual a verdadeira posição e função do governo federal, na pessoa do General Ernesto Geisel, mais particularmente, sem, contudo,

negar a necessária presença das instâncias burocráticas e hierarquias estatais. Sugere caminhos e soluções para condução da vida nacional na articulação entre governo federal, Forças Armadas e o povo, colocando-se como porta-voz do desejo popular, já que sua luta política é oriunda exatamente pelo desequilíbrio entre essas três instâncias que, segundo o L, alicerçam um país.

Minha luta é por um Brasil Democrático e Nacionalista, cujo advento seria abreviado se **Vossa Excelência conseguisse promover a aliança entre as Forças Armadas e o Povo** para a luta contra os exploradores externos e os aproveitadores internos dos recursos nacionais. (Anexo B, p.105)

5.1.2.1 Contexto Situacional

O AQUI é o lugar social donde enuncia o L, o qual se legitima por ser autoridade parlamentar constituída, através do sufrágio popular (voto), por ser um bacharel em direito, logo enuncia com conhecimento de pertencimento dado pela atividade profissional, e por ser um cidadão brasileiro que se considera injustiçado.

Decorre, então, que no documento de repúdio, o lugar não é único, apenas em relação a sua condição de parlamentar. O AQUI também é dado pelo momento em específico vivido pelo locutor, isto é, prisioneiro do regime de força que enuncia de uma cela do 1º. Batalhão de Polícia. Assim, o L enuncia a partir das suas condições sociais: como representante popular, como advogado e como vítima da censura, estabelecendo uma relação multiespacial com o auditório, perpassado pelas condições de produção discursiva, mas que se confluem em uma única enunciação.

Pediria, pois, a Vossa Excelência, diante da insistência das notícias não desmentidas, que determinasse a sustação de qualquer medida que venha beneficiar-me. Dispensar-me **sem arrogância**. Até **com humildade**. Mas com a **tranquilidade e firmeza** de quem se move na **luta política** por convicções patrióticas. (Anexo B, p.103)

O AGORA da enunciação não só é considerado levando-se em consideração a situação sócio- histórica e política que vivia a nação naquele momento, o ano de 1972.

O período vivido pelo L corresponde ao governo do presidente general Ernesto Geisel que, apesar de tentar implementar certas mudanças políticas, a exemplo da contenção de torturas infligidas aos presos políticos, depois da morte do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, ambos por enforcamento, nos porões do DOI/COD, ainda mantinha a "ordem nacional" sob severo controle através da tortura, afirmando em entrevista que "era essencial reprimir. Não posso discutir o método de repressão: se foi adequado, se foi o melhor que se podia adotar. O fato é que a subversão acabou" (D'ARAÚJO; CASTRO, 1998, p.224).

O L enuncia, aparentemente, de um momento único, mas, na verdade, essa unicidade é vislumbrada num todo constituído pelo sistema militar de ditadura, que até então já tinha oito anos de implantado, e não apenas em um ano específico. A enunciação do L, entretanto, se dicotomiza em momentos discursivos perceptíveis em sua escritura: quando enuncia prisioneiro de um Estado totalitário, assim como todos os brasileiros, e quando enuncia como preso político, participante de uma realidade específica vivida só por ele à mercê dos órgãos de tortura.

Sei quanto é penoso e difícil ser ativo e digno em **momento como este**. Desejo, obviamente, a liberdade. Sempre por ela lutei; **para mim e para os outros**. (Anexo B, p.104).

Destarte, o AGORA da situação discursiva, além de ser o tempo específico da enunciação, é também percebido pelas condições de produção (CP) do L, ampliando a noção de tempo convencional na confluência das situações espaço-temporais.

5.1.2.2 Os Interlocutores

5.1.2.2.1 O Locutor

O locutor é representado pelo EU da enunciação que se afirma, em todo o percurso discursivo, na primeira pessoa, mas traz subjacente à sua fala, o interesse coletivo, contrariamente ao que geralmente se percebe no discurso do político ordinário, que se expressa sempre em segunda pessoas marcando o tom da modéstia.

Neste caso, em particular, o uso de verbos e pronomes de primeira pessoa marcam não a impessoalidade, e sim o comprometimento pessoal com a situação vivenciada, bem como dos fatos dela decorrentes, a exemplo dos fragmentos que seguem:

... crime que não **pratiquei** e de cujo fato gerador não **me arrependo**...
(Anexo B, l.08)

Pediria, pois, a Vossa Excelência, diante da insistência ... (Anexo B, l.12)

Aflige-me a perspectiva que os jornais apontam. (Anexo B, l. 16)

Por isto **quero** deixar claro que o **meu** enquadramento ... (Anexo B, l. 16-17)

... **trago** à consideração de Vossa Excelência, neste depoimento, ... (Anexo B, l. 16-17)

Não **mudei**, senhor Presidente. (Anexo B, l.31)

Minha luta é por um Brasil Democrático e Nacionalista ... (Anexo B, l. 49)

O uso também de verbo, na segunda pessoa do plural, marca, de forma mais definida, o locutor e o alocutário da enunciação, ou seja, quem fala e quem escuta, respectivamente, dando a entender uma situação de cumplicidade entre os interlocutores.

Sabemos, Vossa Excelência e eu, como sabe todo o país, que **sou** prisioneiro político. (Anexo B, p.103)

Como para AD, "não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia" (ORLANDI, 1993, p.99), o L deixa, em toda a tessitura discursiva, seu pertencimento ideológico, identificando sua FI e mostrando-se através da auto-imagem que faz de si e das idéias que defende contrárias ao sistema político vigente.

Dispens-o sem arrogância. Até com humildade. Mas com a tranqüilidade e firmeza de quem se move na luta política por **convicções patrióticas**. (Anexo B, p.103)

Não mudei, Senhor Presidente. Se não mudei, continuo com o mesmo teor de periculosidade que acompanha sempre os **democratas**, sob os regimes de força, ao longo do tempo. (Anexo B, p.104)

É mais fácil e mais agradável a posição dos homens que não tem forma, cor ou espinha. Ninguém se preocupa mais com o **caráter do indivíduo**, nem o **caráter da nação**. (Anexo B, p.104)

Hoje é a ONU, a OEA, o Senado e Câmara dos Estados Unidos que proclamam, em votação, as **violências que denunci**. (Anexo B, p.104)

Consegue inverter os papéis sociais, passando de dependente do indulto para aquele que indulta, quando mostra que o governo é incapaz de anistiar presos políticos e, sendo ele inocente, lança mão de uma prerrogativa cristã, já que o período era propício, que é o perdão aos inimigos. Nesse momento, recorre à emotividade de quem o escuta, *phatos* discursivo, como mais uma estratégia persuasiva.

... prefiro, neste Natal, e muito cristãmente, ser **eu quem anistie, perdando** a todos os que exigiram e aos que praticaram a enormidade da violência contra quem nada fez a não ser denunciar o esmagamento dos direitos dos Homem, quer no Brasil ou na grande nação Chilena. (Anexo B, p.104)

5.1.2.2.2 O Alocutário

O alocutário, o TU da enunciação, é representado mais diretamente pelo general Geisel, pois é para ele que toda a argumentação é dirigida, haja vista a própria indicação do destinatário do documento: "Excelentíssimo Senhor Presidente da República General Ernesto Geisel" e a toda referência que faz ao executivo com o tratamento de "Vossa Excelência". Entretanto, segundo a concepção de auditório universal e auditório particular, apresentada por Perelman-Tyteca ([1958], 1996), percebe-se que a enunciação não se destina apenas ao presidente e às instâncias governamentais a ele ligadas, que se configuram no auditório particular. Outrossim, pretende alcance maior, quando o L se coloca como defensor dos direitos primordiais do homem como a liberdade e a justiça social, dando, assim, maior amplitude a esse alocutário (auditório universal).

Como se trata de um documento-depoimento, o L busca a interlocução com o AL, através das estratégias argumentativas, numa espécie de provocação, ressaltando a

ilegitimidade de sua detenção, o abuso de poder do executivo e da afirmação de seu não arrependimento pelo discurso proferido contra visita do General Pinochet e a manutenção das mesmas opiniões que antes defendia. Vê-se, por exemplo, quando desafia o general presidente a buscar a recuperação das divisas nacionais expropriadas pelo empresariado internacional, pondo-se a parabenizá-lo por esse feito, caso ouse fazê-lo.

(...) Se Vossa Excelência o fizer - o que eu, pessoalmente não creio, mas desejo - serei o primeiro a aplaudir-lhe, da prisão ou fora dela, colocando o Brasil acima de tudo, mesmo que Vossa excelência não precise do meu aplauso, nem o queira. (Anexo B, p.105)

5.2 DISCURSO E SIGNIFICAÇÃO

O estudo da significação nominal sempre requer muito cuidado e atenção principalmente no que tange ao valor que as palavras assumem num determinado contexto, porque assim elas podem adquirir sentido muito diverso do seu uso habitual. No campo da Análise do Discurso (AD), ainda mais se faz premente tal preocupação já que outros aspectos devem ser evidenciados num processo analítico, tais como as condições de produção, a formação discursiva, o próprio sujeito do discurso dentre outros.

As palavras, nessa perspectiva, não são donas de si mesmas, não possuem uma significação estática, fixa, mas sim precisam ser vistas dentro de uma teia complexa de relações que é o texto, e os diversos sentidos que podem estabelecer a partir dessas relações que entram umas com as outras. Não só os indicadores lingüísticos serão necessários para se fazer estudo semântico, mas também os aspectos adjacentes ao texto representados pelas relações sócio-históricas e até mesmo ideológica as quais o sujeito do discurso faz parte, como afirma Ilari e Geraldy,

a semântica é um domínio de investigação de limites movediços; (...) em oposição à imagem integrada que a palavra ciência evoca, a semântica aparece, em suma, não como um corpo de doutrina, mas como o terreno em que debatem problemas cujas conexões não são sempre óbvias.(ILARI; GERALDI, 1995, p.06)

As condições sócio-históricas, subsidiadas por um mergulho nos aspectos ideológicos, irão funcionar como bússola para a compreensão da escolha temática e da própria tessitura discursiva as quais são de fundamental importância para a seleção das expressões usadas para enfatizar idéias, assim como do vocabulário utilizado para qualificar ou desqualificar os personagens envolvidos.

Assim, também, é válido ressaltar a importância das condições de produção e das formações discursiva e ideológica, tripé do funcionamento discursivo, para se entender como se dá a construção do sentido, haja vista que as palavras adquirem sentido diverso, dependendo da formação discursiva que se inscrevem. Como já foi colocado, quando se mudam as condições sócio-históricas, o sentido do discurso é alterado, e, reciprocamente, o sentido muda em outro contexto sócio-histórico. Logo, para a AD, a construção do sentido se faz no processo histórico.

No discurso, ora analisado, serão tomadas, como elementos evidenciadores desse funcionamento, as categorias nominais de substantivo e adjetivos numa relação ambivalente, isto é, substantivos funcionando, no sintagma, como adjunto adnominal ou o próprio adjetivo, evidenciando, também, como os adjetivos selecionados alteram o significado do nome ao qual se ligam no sintagma nominal (SN), a partir do contexto da enunciação.

5.2.1 A Significação Nominal no Discurso

Os nomes desempenham um papel importante, na construção discursiva, principalmente no que tange ao efeito de sentido que adquirem num contexto próprio em que são enunciados. Sua flexibilidade semântica, mesmo que relativa, proporciona a tomada de significação variada, gerando com isso um aspecto polissêmico, característico das palavras quando participantes de uma interação entre locutores.

O signo sendo uma estrutura arbitrária, mas limitada, adquire significação diversa, na língua, com o decorrer do tempo, pois a alteração lingüística ocorre no transformismo do grupo social, no qual ela é falada. No campo da fala, mais precisamente, é que se observam essas relações de significado, compostas na estrutura triangular propostas por Ogden e Richards (*apud* Marques, 1996, p.60), tendo em cada vértice **nome - sentido - coisa**. A partir desse modelo tripartido, porém inter-relacionado, é que se pode notar o efeito de sentido

buscado pelo locutor quando do momento da enunciação. Aliás, nota-se também como nome (apresentação fonética) e coisa (referente) não estão ligados diretamente, mas mediado pelo sentido (idéia que o nome veicula), diferentemente das onomatopéias quando há uma proximidade entre nome e coisa.

Nas relações nominais (substantivo/adjetivo), no sintagma, o sentido é conseguido pela junção de significado que a palavra possui, associada à estrutura discursiva que da qual faz parte. Para essa estrutura discursiva, Orlandi (2001) apresenta uma relação tripartida por onde circula, em mão dupla, isto é, sua complementaridade, o sentido do discurso, tendo sempre como base o aspecto ideológico do qual faz parte, já abordado, ou seja, condições de produção, formação discursiva e a formação ideológica.

Observa-se, então, que, para a AD, o discurso, em seu processo de circularidade, não está desprovido da relação que estabelece com a situação material de sua constituição (interlocutores e objeto o discurso - CP), de suas marcas lingüísticas que o caracterizam (FD) e do meio social do qual emerge (FI). Esses elementos constitutivos do discurso, em sua ação recíproca, estabelecem o funcionamento discursivo, calcado nas marcas ideológicas particulares que estão presentes na interação entre os interlocutores.

Importa salientar também que a análise das estruturas menores que compõem a língua, como as categorias morfológicas, por exemplo, são não vistas isoladamente, mas sim no processo de funcionamento do discurso, materializado pelo texto. A palavra, assim, adquire um *status* diferenciado daquele garantido pela gramática ou pelo dicionário, haja vista seu caráter ideológico, pois, segundo Bakhtin, "a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico" (BAKHTIN [1929], 2002, p.95), ou ainda, numa perspectiva mais ampla de linguagem, nas palavras de Carlos Vogt,

O homem, carregado das relações deste universo de significações culturais, é ele próprio um signo constantemente interrogado por suas ações e

constantemente voltado para a interrogação dos signos, que são a linguagem (VOGT, 1990, p.72).

Outro aspecto importante, quanto a compreensão da significação nominal, é a relação morfossintática que os componentes do sintagma estabelecem, estruturados numa organização própria da língua, da qual o falante-ouvinte pode atribuir significado a partir daquilo que conhece pela experiência social compartilhada. Secundados pelas condições históricas e demais outras variantes sociais, os usuários da língua conseguem identificar os componentes semânticos das sentenças, permitindo o estabelecimento do processo interativo, seja no plano oral ou no plano da escrita, como afirma Ma. Helena Marques,

Torna-se preciso juntar ao conhecimento dos fatores que possibilitam a produção e interpretação de formas da língua em isolamento, em nível abstrato-conceitual, o conhecimento dos fatores que interferem na utilização da língua em atos de comunicação verbal, contextual e circunstancialmente condicionados.(MARQUES, 1990, p.131)

Nos discursos analisados, o binômio nome-nome, numa relação entre categorias morfológicas (substantivo/adjetivo), estabelece, em muitos trechos da tessitura discursiva, uma caracterização (através do modificador) do sistema político brasileiro daquele momento. Essa caracterização é estabelecida a partir das condições históricas de produção, materializando-se pelo uso sistemático de sentenças com sentido oposto às ações práticas dos censores, mas investidas de força semântica própria para a circunstância enunciativa, compondo, assim, a formação discursiva, e, por fim, evidenciando o sujeito (locutor), isto é, o lugar social de onde provém o discurso: a formação ideológica.

Deste processo, nota-se como o sentido conseguido, pelas expressões adjetivadas, produz um efeito estético próprio de um discurso desconstrutor da ordem vigente, emergindo de um contexto histórico que reprimia duramente as críticas à autoridade constituída. Vê-se,

então, que as relações contextuais garantem efeito pretendido, produzido pela a intenção do locutor (ex-deputado), sobre o tema tratado (enunciado) para um determinado alocutário (deputados de esquerda e de direita da câmara federal).

No plano retórico, o efeito de sentido também é conseguido por um recurso estilístico, representado pelas figuras de linguagem que são argamassa essencial na edificação dos argumentos retóricos, ou seja, aqueles que influenciam os ouvintes. Assim, nem toda a figura de linguagem é retóricas, mas só aquela que "desempenha papel persuasivo" (REBOUL, 2000, p.113).

No estudo da significação nominal, não se tomará apenas o caráter semântico da categoria nominal adjetiva, mas como o adjetivo, ou outro nome que lhe substitua, ou mesmo o binômio (adjetivo/substantivo e vice-versa) é empregado na constituição discursiva com finalidade retórico-persuasiva. Salientar-se-ão apenas aquelas que melhor evidenciem os impactos que os argumentos retóricos desempenham sobre o auditório.

Outra questão imprescindível, quanto ao efeito de sentido, é a censura como forma de silenciamento. Verificar o significado sócio-histórico do que seja censura e a sua representatividade, num contexto político ditatorial, é, antes de tudo, necessário para se reconhecer a dimensão mais próxima do(s) efeito(s) que pode(m) ser exercido(s) no processo de interação comunicativa.

A censura traduz-se no silenciamento impositivo, total ou parcial da(s) voz(es) que pode(m) denunciar ou revelar o que não é desejado, estabelecendo, dessa forma, uma relação direta com o sujeito da enunciação, pois é ele o alvo da censura, numa compreensão mais ampla que alcance não só a individualidade, mas o sujeito historicamente constituído. É esse sujeito histórico que, na verdade, interessa à abordagem discursiva já que ele que interpreta e significa o mundo que o cerca, condicionado pelas condições de produção específicas, dando uma aparência de unicidade ao sentido.

Sobre a política do silenciamento, mesmo não sendo o escopo dessa análise, mas ancilar, Orlandi (1993) ressalta o contexto sócio-histórico do Brasil, à época da repressão fardada, denominando as falas das instâncias coercitivas da livre expressão como "língua-de-espuma", porque, segundo a autora, trata-se de uma língua com mera função prática, de utilidade imediata, em que outras vozes (outros sentidos) não encontram ressonância, como espuma de sabão. Ou, ainda, como a própria autora apresenta, uma língua como uma massa esponjosa que absorve tudo que a cerca (línguas, vozes), impedindo que outras línguas e outras vozes possam se expressar e dizer o que pensam; assim, "a língua-de-espuma trabalha o poder de silenciar" (ORLANDI, 1993, p. 102).

Como um instrumento de controle em governos ditatoriais, a censura silencia não a fala ou a escrita, enquanto materialidade da língua, mas procura impedir o aparecimento e permanência dos vários discursos, os quais não estão dissociados do sujeito; ao contrário, só se compreende o discurso a partir de uma FD própria, da qual o sujeito é oriundo, e como um resultante das relações que este sujeito estabelece com outras formações discursivas. Assim, a censura não pretende apenas calar o sujeito, mas "impedi-lo de sustentar outro discurso" (ORLANDI, 1993, p. 105), isto é, que outros discursos encontrem eco.

O efeito de sentido também é influenciado pela ação da censura, pois, como foi exposto, o cerceamento se dá pelo que o sujeito representa, através do lugar social que ocupa, e como o sentido está ligado a esses fatores circunstanciais, está, logo, preso ao sujeito. O sujeito, então, elabora sua tessitura discursiva, apropriando-se de recursos lingüísticos de natureza sintático-semântica específica, construindo uma relação de sentido como seu interlocutor.

5.2.1.1 Análise do discurso: Censura: a imagem do medo de 19/10/1973

Neste discurso, as análises serão sobre as relações de significado, as quais não prescindirão do mecanismo de funcionamento discursivo, priorizando-se as relações sintáticas estabelecidas entre categorias gramaticais, sem desconsiderar, contudo, os valores semânticos conceituais.

Como um discurso eminentemente político, a escolha lexical feita pelo autor, assim como a composição sentencial, não foi descuidada, isto é, à margem de uma intencionalidade, mas, ao contrário, a seleção aponta o valor e a carga semântico-ideológico e retórica que se pretende atingir. Característica de um gênero discursivo deliberativo (ARISTÓTELES, [V aC], 1979, p.52), ou seja, típico das assembleias políticas, a escolha vocabular prende-se a um determinado objetivo que é atingir o alocutário mais imediato, representado pelos deputados da câmara federal, na forma de denúncia das ações coercitivas da ditadura, a fim de que os mesmo, envolvidos pelo clima de escândalo, sentissem seu ânimo afetado e, assim, fossem persuadidos a aliam-se às idéias ali expostas.

Perelman e Olbrecht-Tyteca ([1958], 1996) chamam atenção sobre o impacto que o ato retórico (persuasão) desempenha no ânimo dos ouvintes (auditório), quando estes são adequadamente estimulados à sua recepção, ao convencimento.

Mas, quando se trata de argumentar, de influenciar, por meio do discurso, a intensidade de adesão de um auditório a certas teses, já não é possível menosprezar completamente, considerando-as irrelevantes, as condições psíquicas e sociais sem as quais a argumentação ficaria sem objeto ou sem efeito. Pois toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 1996, p.16)

O ambiente político do país, naquele momento, favoreceu o arrefecimento dos ânimos, principalmente nos políticos de esquerda, quando dos embargos da censura que, aliás, é a temática central do discurso. A força ilocutória de seu discurso, representada pelas

expressões com alta carga semântico-ideológica, compostas pelas adjetivações, será a estratégia mais eficaz de acesso aos ouvintes (auditório) no procedimento retórico.

Nota-se que a introdução do discurso denuncia a situação política vivenciada, evidenciada através do uso do termo **censura**, tema central, para **inquisição** o qual retoma, no campo histórico-ideológico, um período de massacre, de perseguição, não só pela falta de liberdade de opinião, mas, acima de tudo, à submissão total a um poder coercitivo e punitivo - o silenciamento. E enfatiza também o avanço dessa autoridade constituída com poderes amplos e ação indiscutível em todo território nacional.

A **inquisição brasileira** está em **plena escalada**...(Anexo C, p.106)

Identifica os personagens principais do sistema de governo militar, comparando-os com atores sociais que ocupam profissões, os quais a observação e o controle fazem parte da própria essência dessas funções, como os **vigilantes** e **guardas**. Tais atores controlam o ir e vir dos transeuntes que se metaforizam aqui como as idéias (**trânsito das idéias**) que não podem circular de maneira livre e desimpedida, influenciando e desvirtuando a ordem nacional - **mão única**. A ideologia, ou melhor, aquela que vai de encontro aos paradigmas ideológicos vigentes, está sob o olhar cuidadoso e atento dos **guardas** que zelam pelo bem-estar da nação.

Não nos surpreenderá se aparecer no cenário dos **vigilantes noturnos da cultura**, dos **guardas de trânsito ideológicos** que, em **posição de sentido**, indicam um caminho porque só enxergam **mão única** para o **trânsito das idéias**... (Anexo C, p.106)

A expressão **posição de sentido** também desempenha função relevante, pois indica claramente quem esses atores estão metaforizando, no caso, as Forças Armadas. Ou seja, todo o período é extremamente rico de valoração ideológica, peculiaridade dos grupos políticos de esquerda, veiculada, do ponto de vista argumentativo, pelos adjuntos que modificam os substantivos referidos, a exemplo, **da cultura e de trânsito**.

Em virtude dos próprios métodos de "manutenção da ordem" utilizados pela ditadura e materializados por cortes nos filmes considerados subversivos pelos censores, a ocultação dos fatos e da verdade, ou mesmo sua deturpação, foi conduta normal daquele momento. Como decorrência desse estado de coisas, as palavras **violência** e **verdade** estão muito presentes no discurso e não dissociadas de sua carga semântica-ideológica, mesmo porque, para esse contexto, a violência reprime a verdade. O jogo das oposições semânticas entre esses vocábulos ganha maior força quando estes são bem articulados numa estrutura argumentativa que os valorize.

Num país onde a ordem está acima da lei e a segurança do governo acima de tudo, é uma teimosia querer sair dos paralelos estabelecidos, atravessar o **círculo de giz** traçado como **tapume divisório**, constitutivo da **verdadeira fronteira** entre a **verdade do governo** e a **verdade do mundo**. (Anexo C, p.106)

A **verdade** é perseguida e sofre, a todo momento, as ações repressoras e vigilantes do governo instituído, e para mostrar-se tem que atravessar uma barreira que limita as duas grandes verdades: **do governo** e **do mundo**. O confronto, então, entre as verdades é de fundamental importância para revelar o quão distante se encontra o governo brasileiro das reais necessidades do seu povo e das transformações que o mundo atravessa.

O uso de sinônimos é um artifício retórico marcante, nesse discurso, para compor a estrutura argumentativa. O L busca, em todo o discurso, evidenciar e caracterizar a **violência**

através de outras palavras e/ou expressões que possam veicular, implicitamente, um sentido mais profundo e, portanto, mais intenso. Assim, o efeito persuasivo se estabelece mediante o uso da figura retórica da repetição (perissologia), cuja característica é a repetição de uma idéia única através de palavras diversas. Pode-se citar alguns exemplos como: **censura** (1.15-30-35), **golpe** (1.05), **prazer sádico** (1.24), **mal** (1.26-31), **vetos** (1.31), **cortes** (1.31-47), **alienação** (1.36), **cortes violentos** (1.41), **amputação** (1.44), **proibidas** (1.50), dentre outras.

Uma outra estratégia persuasiva são as perguntas retóricas dirigidas ao auditório, na qual a caracterização do sistema político já vai embutido, através de sentenças fortemente marcadas pelo efeito de sentido obtido da articulação semântica adequada dos substantivos e de seus modificadores.

Mas afinal, Srs. Deputados, que imagem pode ter esta **esfinge disforme**, este **duende horrível** que nada respeita e tudo destrói? (Anexo C, p.108)

Suscetibiliza-se, assim, o auditório, influenciando seu humor quanto a imagem que poderão fazer sobre o sistema governamental e, mais particularmente, sobre sua forma de agir contrária ao desenvolvimento cultural e artístico. Observa-se que as sentenças **esfinge disforme** e **duende horrível** já demonstram por si próprias a postura ideológica do locutor, e o que ele espera do alocutário, enquanto representante da vontade popular. A deformidade das ações dos políticos brasileiros, coniventes com atitudes anti-democráticas, geram uma crise social que demonstra muito bem o perfil grotesco e nada confiável daqueles que deveriam proteger e apoiar o povo.

Assim, em todo o discurso, o sujeito-locutor apropria-se de palavras e compõe sentenças para atender sua empresa persuasiva, visando atingir, de forma direta, seu alocutário mais próximo e fazendo com que este se envolva psicologicamente pelas imagens sugeridas.

Não negligencia o poder comunicativo que as palavras desempenham naquele contexto, marcadas pela significação que as mesmas adquirem quando presentes na estrutura argumentativa.

5.2.1.2 Análise do discurso: General Pinochet: o infame de 15/03/1974

Esse foi um dos discursos mais impactantes pronunciados por Francisco Pinto, na Câmara Legislativa Federal, o qual lhe rendeu uma detenção de seis meses e notas em vários jornais e revistas da época. A título de curiosidade, pela repercussão que teve, cita-se uma referência de Jorge Amado no livro "O Sumiço da Santa: uma história de feitiçaria" (1999, p. 140-1), no qual o autor baiano narra sobre a ação da ditadura militar, na forma de tortura e repressão às artes, à imprensa e ao direito de livre expressão, dando, como exemplo, o episódio envolvendo Chico Pinto, como segue no fragmento: "Da tribuna da Câmara Federal, no exercício de seu mandato, o deputado Francisco Pinto classificara Pinochet de tirano: perdera o mandato e fora metido na prisão".

Esse discurso, alvo de tanta notoriedade, representou o estado de indignação por parte do parlamentar Francisco Pinto pela visita do então chefe da junta militar do Chile, o general Augusto Pinochet. Recebido com honras de chefe de estado pelo presidente general Ernesto Geisel, o general Pinochet torna-se o centro das atenções e das críticas dos políticos de esquerda que se incomodam, haja vista a situação política que vivia o Brasil.

A comparação, artifício retórico-persuasivo, é o instrumental utilizado pelo orador/locutor para iniciar seu discurso (exórdio), almejando, assim, suscitar, nos ânimos do alocutário/ ouvinte a predisposição ao repúdio e à indignação a figura do general Pinochet, através de adjetivações que desqualificariam uma autoridade internacional. Para tanto,

compara suas ações no Chile às mesmas ações realizadas por um tenente do exército americano, William Calley, que, segundo a narrativa do orador, assassinou dezenas de civis, entre mulheres e crianças indefesas, na caçada aos comunistas daquele país. A sociedade civil indignada pede, então, à Justiça a punição exemplar do tenente americano começando pela sua expulsão do exército, condenação e conseqüente prisão.

Aristóteles ([V aC], 1979) apresenta o *exemplo* como uma estratégia argumentativa comum aos três gêneros discursivos, dividindo-o em dois tipos: aquele que se refere a eventos passados (históricos), e aquele que é fruto da criação do orador (parábolas, fábulas). Nesse caso, o orador faz uso do *exemplo* do primeiro tipo, remetendo-se a fatos anteriores para justificar sua argumentação, através da analogia. Não ignora a carga semântica que a adjetivação vai ter, naquele contexto específico, quando compara o general Pinochet a um **assassino**, a um **desvairado** e a um **criminoso**, pois foi assim denominado o tenente americano. Em contrapartida, estabelece uma adjetivação semanticamente contrária, buscando, no paradoxo, o efeito da persuasão, quando qualifica a população civil, as mulheres e as crianças como **indefesas**.

... um tenente do exército, desvairado na caça aos comunistas, ordenou que suas tropas atirassem sobre a população civís, mulheres e crianças **indefesas**. Dezenas de pessoas foram assassinadas. (...). A opinião pública do seu país e a mundial, revoltadas, pediram a punição do comandante criminoso. (Anexo D, p.109)

É no choque semântico entre os contrários que o locutor construirá sua estratégia retórico-persuasiva, já conduzindo o efeito de sentido desejado nos ouvintes. O sentido não se dá aleatoriamente, mas numa construção muito bem elaborada, utilizando-se de uma das figuras de sentido que é a comparação.

Como recurso retórico, Reboul (2000) salienta que, diferentemente da metáfora, a qual estabelece relação entre realidades diferentes, por exemplo, "Maria é uma rosa": "Maria"

= humano, "rosa" = não-humano, a comparação estabelece relação com realidades homogêneas, ou seja, "homem" = Pinochet e "atitudes humanas" = desvario/crime/assassinato, gerando um percurso de sentido apropriado à carga semântica das palavras.

A construção retórico-argumentativa também não prescinde da ordem com que os argumentos são apresentados. O L, nesse caso, opta pela retórica do *exórdio* como uma estratégia persuasiva, não muito comum ao gênero deliberativo, a fim de conseguir prender a atenção do auditório, não só no início, mas no contínuo processo da narração (*diegésis*). A comparação, como já foi exposto, protagoniza esse evento discursivo, articulando as imagens sugeridas ao contexto de enunciação, através das estruturas lingüísticas cuidadosamente escolhidas para se obter clareza de entendimento, objetividade na exposição e credibilidade dos argumentos, já que, segundo Reboul (2000, p.56) "é na narração que o *logos* supera o *ethos* e o *phatos*".

Observa-se, assim, mais adiante, quando da comparação ainda ao tenente Calley, salientando que o prestígio que o general Pinochet desfruta e as homenagens que recebeu do governo brasileiro só foram possíveis graças à posição social que ocupa - Chefe da Junta Militar, caso contrário, ser-lhe-ia infligida a pena cabível pelas suas atitudes, desqualificando-o, enquanto cidadão comum, ou mesmo quando critica um possível acordo político entre os países da América Latina, proposto pelo mesmo general, na intenção de se manter o controle político-econômico, respectivamente.

Não fosse ele o Chefe da Junta Militar que oprime o Chile, seria recepcionado como um 'Calley'. O repúdio seria a homenagem justa aos mais **truculento dos personagens** que, nas duas últimas décadas, esmagaram povos na América Latina. (Anexo D, p.109)

E Pinochet, a quem se vendeu? E a quem quer comprar, agora, Sr. Presidente, quando anuncia que para aqui traz a intenção de formar um **eixo político** - Brasil-Bolívia-Chile-Paraguai? (...) De eixo, Sr. Presidente, basta

o **EIXO de triste memória que a história registra**: o EIXO formado pela Alemanha nazista, a Itália fascista e o Japão. (Anexo D, p.110)

A heterogeneidade discursiva se mostra pela voz do general Pinochet, veiculada na composição argumentativa do L quando este reproduz uma frase parodiada de Juvenal, poeta romano do século I d.C: "Que importa a infâmia quando fica assegurado o Poder?" (PINOCHET *apud* Anexo D, p.109). Aqui, o L distancia-se do enunciador, pois apresenta o pronunciamento de outrem não apenas reproduzindo-o, numa espécie de concordância, mas o utiliza para desconstruir a imagem de autoridade do enunciador a partir de seu próprio enunciado. Para o L, a heterogeneidade constituída serve-lhe como estratégia retórica na construção discursiva das adjetivações.

Dessa forma, a comparação se amplia no processo argumentativo, numa relação de proporcionalidade, pois ao tempo que a teia argumentativa é elaborada, mais comparações são utilizadas, partir das qualificações, tomadas na forma da categoria nominal de substantivos, diferentemente do modificador vulgar - o adjetivo. O substantivo **infâmia**, por exemplo, é recuperado num trecho do discurso, através da repetição, com finalidade de acentuar a qualidade moral do protagonista, o qual foi retirado das próprias palavras do general, como está explícito no título do discurso: **general infame**.

'Que importa a **infâmia** quando fica assegurado o Poder?' A **infâmia** de assassinar coletivamente operários, mulheres e crianças, para prender um livre atirador qualquer (...). A **infâmia** dos julgamentos sumaríssimos que inventou para matar inocentes e culpados. A **infâmia** de mentir ao mundo com seus campos de concentração, tentando justificar os crimes que cometeu contra os que, no Poder, não cometeram crime contra ninguém. (Anexo D, p.109-110)

Outras marcas adjetivas são visíveis em todo o discurso, a partir de da indicação direta ou da indicação indireta, através do recurso metonímico em que a adjetivação advém

não da coisa em si, mas de algo que a represente identicamente no plano semântico. Vê-se, por exemplo, quando o L substitui Pinochet, autor das ações, pelo Chile, lugar das ações.

O que nos vem do Chile de Pinochet é o **fechamento** de jornais, é a **censura desvairada** à imprensa remanescente. O que vem do Chile é a **opressão** mais **cruel**, de que nos dá idéia a reportagem e as fotos publicadas pela revista VISÃO, do campo de concentração da Ilha Dawson. O que nos vem do Chile é o **clamor dos presos**, dos **perseguidos**, do povo **oprimido**. É o **horror do massacre** promovido pelos golpistas. (Anexo D, p.110)

Como todo **fascista**, serviu-se da democracia chilena para agora acusar os democratas cristãos e os marxistas de prejudicarem o Chile (...) (Anexo D, p.110)

Se aqui houvesse liberdade, o povo manifestaria o seu descontentamento e a sua ira santa, nas ruas, contra o **opressor** do povo chileno. (...) (Anexo D, p.111)

No percurso semântico dos argumentos retóricos, a perífrase apresenta-se como figura de caráter retórico, devido a sua funcionalidade argumentativa na caracterização de personagens que compõem a situação enunciativa, uma vez que consegue exprimir uma idéia a partir da qualidade do ser ao qual se vincula. Contextualmente, tem-se a figura do general Pinochet, reconhecido pelas ações próprias da instituição que representa, como a opressão, a truculência, a violência, dentre outras, que são utilizadas para configurar a idéia do mal, daquilo que precisa ser banido, punido, exterminado. O L lança mão desse recurso de linguagem para criticar os políticos brasileiros que estavam a serviço do sistema opressor e que, naquele momento, era representado pelo general Geisel.

Mas o que desejamos, Sr. Presidente, é apenas deixar registrado nos Anais o nosso protesto e a nossa repulsa pela presença indesejável dos **vários Pinochets** que o Brasil infelizmente está hospedando. (Anexo D, p.111)

As perguntas retóricas também são largamente utilizadas pelo L, numa interpelação provocativa ao auditório. Como já exposto, as perguntas também são fundamentais no processo de persuasão, pois, além de conduzir o pensamento dos ouvintes, através de estratégias lógico-argumentativas, a aquiescerem à idéia implícita na pergunta que, na verdade, já é uma afirmativa, conseguem re-significar certas palavras que passam a ter um valor muito mais impactante do que se estivessem em frases não interrogativas.

Para esse procedimento retórico, não se pode desconsiderar as condições situacionais da produção discursiva, pois são a partir delas que o L comporá sua tessitura discursiva e conseguirá perceber se seus argumentos obterão adesão ou suscitará alguma mudança de atitude por parte do AL.

Quem Allende **matou**, Sr. Presidente? Mas aquele que se intitula **democrata**, Augusto Pinochet, quantos crimes praticou? Quanto **sangue sangrou** dos seus próprios patrícios para saciar sua **sede de poder** e para servir a patrões de outras pátrias? (Anexo D, p.110)

E Pinochet, a quem se vendeu? E a quem quer comprar, agora, Sr. Presidente, quando anuncia que para aqui traz a intenção de formar um **eixo político** (...)? **Eixo político** para que? E para servir a quem? (Anexo D, p.110)

Em todo o percurso discursivo o apelo retórico se faz presente, seja através das figuras de linguagem, das perguntas retóricas, como também pelo uso de verbo pessoais que indiquem a relação direta do L com o seu enunciado, ou melhor, comprometimento com as idéias apresentadas, secundadas pela afirmação do lugar social da enunciação. Sobre este último aspecto retórico-argumentativo, o L não economiza as adjetivações que desqualificam moral e politicamente o protagonista do evento discursivo, relacionando à situação vivida no

Brasil naquele momento, e tomando para si as reais e possíveis conseqüências do seu pronunciamento.

Para que não lhe pareça, contudo, que no Brasil todos estão silenciosos e felizes com a sua presença, **falo** pelos que não podem falar, **clamo** e **protesto** por muitos que gostariam de reclamar e gritar, nas ruas, contra sua presença em nosso País. (Anexo D, p.111)

Alguns aplaudirão - os eternos **turiferários** do Poder - crentes de que, o aclamando, agradam o Governo que amanhã se instala no Brasil. (Anexo D, p.111)

...os **anticristãos** de lá e de cá, os que traem a pátria lá e aqui, os **inimigos** do povo em todos os quadrantes da Terra (...) (Anexo D, p.111)

Seria cômodo para aquele **sicário** ser julgado apenas pela História, mas, inapelavelmente cairá sobre os seus ombros o julgamento dos seus contemporâneos. (...) (Anexo D, p.111)

Recorre ainda à sua formação em jurisprudência para deliberar penalidade para aquele que, a partir do exposto, é considerado o algoz não só do povo chileno, mas de todas as nações que prezam pela democracia. Afirma que **inapelavelmente** será não só condenado pela história, enquanto um conjunto de fatos decorrentes das ações humanas, como também dos seus contemporâneos que, ao contrário do L, busca o apoio incondicional daqueles que possam ser influenciados pela suas idéias e sensibilizados pelo seu apelo.

6 CONCLUSÃO

As análises realizadas nos quatro discursos do ex-deputado Francisco José Pinto dos Santos revelaram o quanto de força persuasiva foi constituído a tessitura argumentativa evidenciada através da investigação no campo lingüístico pelas adjetivações, figuras retóricas e, assim, compondo a natureza dos argumentos apresentados.

Os discursos mostram claramente a intenção do orador em influenciar o ânimo dos seus ouvintes, valendo-se de uma apresentação coerente com a *techné* aristotélica da composição retórica, na qual os argumentos são dispostos numa ordem crescente de idéias que possam exercer influência sobre o auditório. Nessa empresa, os argumentos foram estruturados considerando-se a carga semântica que determinadas adjetivações ganhavam no contexto particular de cada discurso e as relações de sentido que estabelecem entre si.

Como o locutor tinha conhecimento de causa sobre os temas que abordava e também sabia para quem discursava, sem negligenciar as condições políticas adversas que vivia o país, não poupou exemplos analógicos (a exemplo das Forças Armadas com a polícia nazista) que pudessem demonstrar de forma contundente suas opiniões, como também ratificar o seu lugar social e, assim, legitimar seu discurso. A dimensão sócio-histórica de espaço e tempo foram muito bem exploradas pelo locutor em proveito da manifestação de suas idéias, veiculadas em forma de crítica ou denúncia. Ratificava, então, em todo o percurso discursivo, sua posição de parlamentar que se pronunciava em nome de uma população oprimida que o havia eleito para desempenhar esse papel, até mesmo quando se encontrava em prisão no 1º. Batalhão no Distrito Federal, no ano de 1974.

Utiliza-se de todo um aparato discursivo revelador de uma estratégia intencional de natureza persuasiva, observável pelas perguntas retóricas, que eram dirigidas ao alocutário, cujas respostas eram inferidas a partir de todo o contexto discursivo, conduzindo ao efeito de

sentido que o locutor pretendia, ou seja, incomodar, provocar o AL. Tanto assim, que obteve a cassação de seu mandato político e uma prisão em cárcere privado numa reação patente de como seu discurso atingiu o ânimo de seu alocutário mais direto - o presidente da república.

O medo da repressão (tortura) e o silenciamento, impostos pela censura à livre expressão, foram instrumentos de força que emudeceram vozes e impediram atitudes mais contundentes por parte daqueles parlamentares simpáticos à causa, haja vista a situação política do país. Assim, a ação persuasiva não se estabeleceu de forma ampla e profunda, uma vez que o Congresso Nacional estava composto por uma maioria de deputados opositoristas à esquerda, que era vista como partidária do comunismo e apoiadora das ações terroristas. Ou seja, os discursos de Chico Pinto suscitaram reações sobre os ouvintes, mas o medo da repressão não permitia atitudes de apoio e solidariedade explícitas por parte de outros alocutários, os quais os discursos pudessem atingir, a exemplo, dos seus eleitores.

Observou-se que a força retórica da sua produção textual está intimamente relacionada com sua postura ideológica, encontrando eco no partido no qual militava. Isso pode ser demonstrado quando criticava duramente as instituições representativas do estado ditatorial, principalmente o exército e a polícia militar, pois estes é que punham em prática as ações repressoras, entretanto, apesar das críticas, o locutor não desconsidera a função protecionista que as forças armadas devem ter num país democrático.

A abordagem em torno do funcionamento discursivo e a circulação dos sentidos foi indispensável para se compreender como a situação das condições de produção (CP), aliada à formação ideológica (FI), que compuseram a formação discursiva (FD) do sujeito enunciador, fazendo com que as idéias expostas obtivessem um efeito de sentido retórico característico de um discurso político (gênero deliberativo). Secundado pela contribuição da análise do discurso, pode-se notar como os sentidos encontraram caminhos de circulação quando da análise dos três elementos principais do ato enunciativo: o locutor/orador,

alocutário/destinatário e a mensagem propriamente dita, partindo-se sempre dos lugares sociais em que os coenunciadores se encontravam.

Dessa forma, a análise realizada demonstrou que, para se avaliar o sentido, a partir do lugar ideológico do locutor, é necessário levar em conta a noção de interdiscurso, ou seja, que esses discursos estão permeados por outros discursos que os antecedem, favorecendo uma interpretação que ultrapassa o âmbito imediato das palavras (heterogeneidade discursiva). A direção que o discurso toma constituiu-se também noutra evidência marcada pelas estruturas lingüísticas, pois, quando o locutor legitima valores, idéias, opiniões, pertencentes a uma tradição social, já aponta para quem é destinado sua enunciação.

Com efeito, as marcas adjetivas, carregadas de valor semântico específico, quando utilizadas naqueles contextos, deram um tom característico muito particular ao estilo de escrita de Francisco Pinto, isto é, um estilo bombástico, construído com frases impactantes através de adjetivações desqualificadoras. A força semântica dos modificadores, revelada por certa agressividade de sentido, é pertinente ao momento vivido pelo político, já que o mesmo sofreu as sanções (prisão e tortura) pelos órgãos oficiais de combate à subversão e ao terrorismo. Assim, o locutor foi moldando o sentido das palavras em consonância com o tema principal do discurso e com o evento histórico vivenciado, ao tempo que construía a rede argumentativa.

A análise semântico-argumentativa revelou o quanto da produção escrita do ex-deputado feirense se constitui numa importante fonte de estudo retórico, como também dos procedimentos argumentativos seja na defesa de determinadas idéias ou na crítica contundente a outras. A composição sentencial (nome e modificador), como a utilização de recursos lingüísticos que valoriza a construção discursiva, a exemplo da sinonímia, das metáforas, comparações e ironia, constituíram-se como marcas salientes nessas construções

discursivas, reveladoras do sentido, construído ao longo da costura argumentativa e fortalecido pela força semântica que as sentenças podem expressar.

Como os estudos retóricos têm atualmente alcançado projeção e destaque, voltando a ocupar o centro das atenções, das indagações e pesquisas no campo da argumentação e da análise do discurso, estudar, portanto, os discursos do político feirense Francisco Ferreira Pinto dos Santos, representa, além do resgate parcial da memória política do país de do Estado da Bahia, uma importante fonte histórico-retórica, como também uma importante fonte de investigação no campo da teoria da argumentação.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado**. [1970]. Tradução Walter José Evangelista e Ma. Laura Viveiros de Castro. 6.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- AMADO, Jorge. **O sumiço da santa: uma história se feitiçaria**. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ARISTÓTELES. [séc.V]. **Arte Retórica e Arte Poética**. Tradução Antonio Pinto de Cavalho. Clássicos Garnier da Difusão Européia do Livro: SP, 1979.
- BERNARDES, Denis. 1964: Kafka à brasileira. **Revista Continente Multicultural**, Recife, a. IV, n. 39, p.58-65, mar. 2004.
- BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Tradução Desidério Murcho et al.. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. [1929]. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 6.ed. Campinas: UNICAMP, 1997.
- CERQUEIRA, Ruy. Santa Bárbara: herói ou bandido? **Jornal Tribuna Feirense**, Feira de Santana, n. 658, p.02-03, set. 2003.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 10.ed. São Paulo: Ática, 1998.
- CHAUÍ, Marilena . **O que é Ideologia**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.
- CITELI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 2001.
- D'ARAUJO, Ma. Celina e CASTRO, Celso (Org.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto /EDUSP, 1989.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2003.
- FOUCAULT, Michael. [1971]. **A ordem do discurso**. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- FOUCAULT, Michael. [1969]. **Arqueologia do Saber**. Tradução L. F. Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GILES, Thomas Ransom. **Estado, poder, ideologia**. São Paulo: EPU, 1985.

- GOMES, João Carlos Teixeira. **Memória das trevas**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.
- HABERT, Nadine. **A década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Ática, 1994.
- HALLYDAY, Tereza Lúcia (Org.). **Atos retóricos: mensagens estratégicas de políticos e igrejas**. São Paulo: Sumus, 1988.
- ILARI, Rodolfo; GERALDI, José Wanderley. **Semântica**. São Paulo: Ática, 1995.
- JOSÉ, Emiliano. Lembranças do Mar Cinzento. **Jornal A Tarde**, Salvador, p.09, agost. 2001.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **L'implicite**. 5.ed. Paris: Armand Colin Éditeur, 1986.
- KOCH, Ingedore G. V. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em análise do discurso**. Tradução Freda Indursky. 3 ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Os termos-chave da análise do discurso**. Tradução Maria Adelaide P.P. Coelho da Silva. Lisboa: Gradiva, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARIGHELLA, Carlos. (1965). **Por que resisti à prisão**. 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- MARQUES, Maria Helena Duarte. **Iniciação à Semântica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1996.
- MARQUES, Maria Aldina de B.F.R. **Funcionamento do Discurso Político Parlamentar: a Organização Enunciativa no Debate da Interpelação ao Governo**. Braga, Portugal: Universidade do Minho/ Centro de Estudos Humanísticos, 2000.
- MOSCA, Lineide do L. Salvador (Org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Humanitas Editora / FFLCH/USP, 1997.
- MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Org.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003. cap.4, p.101-142. vol 2.
- O GOLPE NA BAHIA - 1964. **Jornal A Tarde**. Salvador, mar. 2004. Suplemento.
- OLIVEIRA, Eduardo Chagas (Org.). **Chaim Perelman: direito, retórica e teoria da argumentação**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana/ Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Filosofia, 2004.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 4.ed.Campinas, SP: Pontes, 2002.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

OSAKABE, Haqira. **Argumentação e discurso político**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PAES, Maria Helena Simões. **A Década de 60 (rebeldia contestação e repressão política)**. São Paulo: Ática, 1993.

PÊCHEUX, Michel. [1975]. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli et al . 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 2.ed. Tradução Eni Puccinelli Orlandi.Campinas, SP: Pontes, 1997.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. [1958]. **Tratado da argumentação**: a Nova Retórica. Tradução Maia Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERELMAN, Chaïm. **Retóricas**. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PETRI, Maria Constantino. **Argumentação lingüística e discurso jurídico**. 1.ed.São Paulo: Selinunte, 1994.

PLEBE, Armando. **Manual de Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PLEBE, Armando. **Breve história da retórica antiga**. São Paulo: EPU: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso**: ensaios sobre discurso e sujeito. Curitiba: Criar Edições, 2002.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

REBOUL, Oliver. **Introdução à retórica**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ROHDEN. Luiz. **O poder da linguagem**: a arte retórica de Aristóteles. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SANTANA NETO, João Antonio de. (Org.). **Discursos e análises**: coletânea de trabalhos. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Castelo e Tancredo, 1964-1985. Tradução Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no regime militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964**: visões críticas do golpe - democracia e reformas no populismo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

VALLS, Álvaro L. M.. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

VASCONCELOS, Levy. Até que Feira tentou resistir. Não deu certo. **Jornal A Tarde**, Salvador, p.09, mar. 2004.

VOGT, Carlos. **Linguagem, Pragmática e Ideologia**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

ANEXOS

ANEXO A - Exército: nem guarda pretoriana nem tropas de assalto da SS de 18 de agosto de 1972.

ANEXO B - Documento de repúdio ao indulto de natal de 17 de dezembro de 1974.

ANEXO C - Censura: a imagem do medo de 19 de outubro de 1973.

ANEXO D - General Pinochet: o infame de 15 de março de 1972.

EXÉRCITO: NEM GUARDA PRETORIANA NEM TROPA DE ASSALTO DA SS

(18 DE AGOSTO DE 1972)

O SR. FRANCISCO PINTO – MDB-BA- Sr. Presidente, Srs. Deputados, se outros
5 elementos não existissem para diferenciar o regime democrático dos ditatoriais ou
semiditatoriais, o medo serviria para distingui-los.

Nos países onde impera o Estado de Direito todos assumem responsabilidades, todos
conhecem os limites de suas atribuições, do que é proibido, todos opinam livre e
despreocupadamente, todos emitem conceitos e julgam publicamente, os poderosos do dia,
10 enfim, todos fazem opções. Nos Estados totalitários alguns dão ordens e poucos opinam. A
maioria ou concorda com as determinações impostas, elogiando-as sempre, ou se postam
silenciosas e inermes, mas sempre amendrontadas. Os que opinam discordando, mas
conscientes dos riscos, o fazem sem esperar solidariedades. Ninguém quer se comprometer
com vozes discordantes. E o medo não está longe, ele se encontra presente entre nós, nas mais
15 variadas camadas da população e se apresenta sob as mais variadas formas.

Quando o intelectual, o estudante, o empresário, o operário se recusam a participar
da vida política brasileira não é só porque estas negam validade e nela não crêem, vendo-a
reduzida a simples força coonestante. Em verdade se utilizam deste argumento para justificar
sua passividade, diante dos riscos que não negam, mas ficam bem com a sua consciência,
20 porque amuletados nos seus próprios argumentos se dedicam tão só a atividade profissional,
onde se realizam economicamente sem opinar sobre determinados valores incorporados à
civilização ocidental, mas que o governo brasileiro teima e negar e destruir.

Se é um militar que fala, e experiência tem aconselhado a todos que dele não se deve discordar e a prudência recomenda nem elogiar é bom.

25 Mas é impossível silenciar depois de ler o pronunciamento do General Augusto César Muniz de Aragão, conhecido pelo seu destemor e pelas suas qualidades de disciplinador, as vezes até exagerado no respeito aos cânones hierárquicos. Ele fez um discurso analítico, polêmico e de certo modo angustiado, ao menos, cheio de preocupação. Os riscos por que estamos passando no Brasil só não enxerga quem não quer. O ilustre militar os
30 aponta as claras e, como conhecedor profundo das Forças Armadas e talvez por isto mesmo, é mais otimista que muitos outros. Entende que as tradições democráticas das Forças Armada não serão desmentidas, esquecido apenas, que há momentos em que o medo se generaliza, a todos atingindo indiscriminadamente.

A verdade é que se o “País está sendo objeto da inveja, cobiça e cupidez de outros
35 Estados, por tradições imperialistas e dominadoras, ora agressivos ora subversivos na maneira de agir” como assevera, não é menos verdade que aquilo que para ele é, apenas uma “grande preocupação que me punge a alma de patriota”, já se constitui em uma realidade em nosso País. Quando aconselha que as Forças Armadas precisam “encontrar-se disciplinadas, adestradas e aptas, prontas para a ação contra o desrespeito a lei, a perturbação da harmonia
40 entre as classes, o exercício do arbítrio e a prática da violência” faz uma advertência não para o futuro remoto, mas para o presente. Neste País o desrespeito à lei não é privilégio dos terroristas, mas também do Governo. O que é importante no regime democrático não é só a existência da lei e a existência do seu respeito, porque nas ditaduras de direita ou esquerda a lei também existe e a força querem-nas respeitada. Nestas, determina-se obediência
45 ilimitadas. O que caracteriza o regime democrático é a existência de leis justas e legítimas, de leis que traduzam a média da consciência coletiva. O Governo brasileiro, como de resto todos os governos autoritários, impõe-nos leis justas e injustas e a todas querem que juremos

obediência e de todos exigem o seu cumprimento. Querem estes governos que os militares sejam fiéis executores destas leis; e quando estes passam a impor ao povo o cumprimento de leis ditadas por minorias arbitrárias, eles se desviam de suas verdadeiras missões, esquecendo-se “de suas nobres tradições” e deformando assim a prática de sua função constitucional, para tornar-se milícia, guarda pretoriana ou tropa de assalto SS. Seus oficiais da dignidade de guardiães da Pátria, ver-se-iam levados à humilhante condição de beleguins ou inquisidores e, mesmo de sequazes ou esbirros de camarilhas sem fé sem patriotismo. Tal hipótese – continua – constitui terrível dilema: para fugir ao perigo comunista seria a Nação mergulhada em regime de extrema direita, igualmente policialesco e violento. Tal alternativa não admite opção.

Como o ilustre general crê na sua corporação, acredita “que isto jamais ocorreria no Brasil devido à vocação cívica e democrática das Forças Armadas”. Externa no entanto, no início de sua oração, “a grave preocupação que me punge a alma patriota”, preocupação que é de todos que acompanham o processo a que estamos sendo conduzidos.

Sem ser um discurso político no sentido “strito”, foi objeto de comentário por parte de um dos maiores articulistas brasileiros, o Senhor Carlos Castelo Branco. Não foi sem razão que o “Estado de São Paulo”, sempre preocupado em preservar as legítimas conquistas que a revolução burguesa nos legou, em mais de um editorial, inclusive o de 13 do corrente, faz referência àquele discurso que teve uma dimensão nacional, esclarecendo “que a transformação das Forças Armadas em milícia ou guarda pretoriana nunca se dá por ato formal que com a plena consciência e concordância de seus membros. Simplesmente vai acontecendo, aos poucos, até que um dia se verifica sua evidência, até mesmo sem culpados ou responsáveis diretos”.

O que não nos desespera, nesta hora, Sr. Presidente, é a confiança que temos no povo e na proclamada e reconhecida tradição de inequívoca lealdade das Forças Armadas à causa democrática. (Muito bem.)

DOCUMENTO DE REPÚDIO AO INDULTO DE NATAL

(17 DE DEZEMBRO DE 1974)

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA GENERAL ERNESTO GEISEL.

5 Noticiaram os jornais que poderei ser indultado por decreto ora assinado por Vossa Excelência, já publicado, no qual estaria eu perfeitamente enquadrado. Rogo a Vossa Excelência que me livre de mais este constrangimento - o de perdão que não solicitei; por crime que não pratiquei e de cujo fato gerador não me arrependo e nem tenho por que me
10 arrepender. Sabemos, Vossa Excelência e eu, como sabe todo país, que sou prisioneiro político. O indulto seria, então, um bis in idem, isto é, uma pena política a mais sobre tantas outras que me foram impostas por um tribunal que capitulou.

 Pediria, pois, a Vossa Excelência, diante da insistência das notícias não desmentidas, que determinasse a sustação de qualquer medida que venha beneficiar-me. Dispensar-me sem
15 arrogância. Até com humildade. Mas com a tranquilidade e firmeza de quem se move na luta política por convicções patrióticas.

 Aflige-me a perspectiva que os jornais apontam. Por isto quero deixar claro que o meu enquadramento neste decreto é apenas aparente: trago à consideração de Vossa
Excelência, neste depoimento, que é uma confissão, alguns elementos que permitirão definir, diante do que preceitua o art. 2º. o referido decreto, a cessação de periculosidade.

20 O Supremo tribunal federal declarou minha periculosidade. A ela faz referência no item II do acórdão publicado no diário da justiça de 17 de outubro do corrente.

 Se assim não fora, não teria negado o "sursis" a um membro de um dos poderes da República, com endereço certo e atividade política permitida, réu primário, condenado à pena

mínima. Se assim não fora, não lhe teria imposto pena acessória ainda virgem de aplicação
25 pelo Supremo Tribunal Federal - a da suspensão dos direitos políticos - quando o mesmo
Tribunal a considerava inaplicável, até então, por depender de regulamentação o dispositivo
constitucional (artigo 149 § 3º) que a disciplina.

A periculosidade que em mim vislumbrou a Suprema Corte decorre do fato de ter o
setenciado posição de firmeza e não de submissão na sustentação dos compromissos de sua
30 vida pública.

Não mudei, Senhor Presidente. Se não mudei, continuo com o mesmo teor de
periculosidade que acompanha sempre os democratas, sob regimes da força, ao longo do
tempo. Logo se não cessou a periculosidade, não me enquadro no decreto de indulto de Vossa
Excelência.

35 Sei quanto é penoso e difícil ser altivo e digno em momento como este. Desejo,
obviamente, a liberdade. Sempre por ela lutei; para mim e para os outros. Mas sei, também,
como é difícil, para quem está no poder, compreender um gesto de recusa, e de independência
sobretudo de um prisioneiro. Vossa Excelência estando no poder não deve se constituir em
uma exceção. É mais fácil e mais agradável a posição dos homens que não têm forma, cor ou
40 espinha. Ninguém se preocupa mais com o carácter do indivíduo, nem o caráter da nação.

Enfim, já que a generosidade do Governo não vai até a concessão da anistia ampla
para os que presumivelmente cometeram delitos políticos, prefiro, neste Natal, e muito
cristãmente, ser eu quem anistie, perdando a todos os que exigiram e aos que praticaram a
enormidade da violência contra quem nada fez a não ser denunciar o esmagamento dos
45 direitos do Homem, quer no Brasil ou na grande nação Chilena. Hoje é a ONU, a OEA, o
Senado e Câmara dos Estados Unidos que proclamam, em votação, as violências que
denunciei. Só não as enxerga quem teme a fidelidade das palavras e os que não tem olhos, em
determinadas circunstâncias, para as verdades mais claras.

Minha luta é por um Brasil Democrático e Nacionalista, cujo advento seria
50 abreviado se Vossa Excelência conseguisse promover a aliança entre as Forças Armadas e o
Povo para a luta contra os exploradores externos e os aproveitadores internos dos recursos
nacionais. Se Vossa Excelência o fizer - o que eu, pessoalmente não creio, mas desejo - serei
o primeiro a aplaudir-lhe, da prisão ou fora dela, colocando o Brasil acima de tudo, mesmo
que Vossa Excelência não precise do meu aplauso, nem o queira.

55

Atenciosamente

FRANCISCO PINTO

CENSURA: A IMAGEM DO MEDO

(19 DE OUTUBRO DE 1973)

O SR. FRANCISCO PINTO – MDB – BA- Sr. Presidente, Srs. Deputados, a censura brasileira está em plena escalada. O terreno é fértil para ela prosperar. Vai assaltando e destruindo, escalavrando e golpeando por onde passa qualquer manifestação de cultura livre. Não nos surpreenderá se aparecer no cenário dos vigilantes noturnos da cultura, dos guardas de trânsito ideológicos que, em posição de sentido, indicam um caminho porque só enxergarão mão única para o trânsito das idéias, alguém no Brasil que repita a frase célebre de Hans Johst – presidente da Câmara de Teatro do IIIo. Reich – “Quando ouço a palavra cultura, carrego o revólver”.

Aqui não se usa a frase. E não há para quem se apelar. Num país onde a ordem está acima da lei e a segurança do governo acima de tudo, é uma teimosia querer sair dos paralelos estabelecidos, atravessar o círculo de giz traçado como tapume divisório, constitutivo Da verdadeira fronteira entre a verdade do governo e a verdade do mundo.

Censura-se a imprensa, o teatro, as obras de arte, a música, apreendem-se livros e, por fim, tenta-se acabar com o cinema nacional. Se este é o objetivo, de certo o conseguirão.

No confronto entre a violência e o talento inventivo não há idéia que resista, senão a da fuga. Mas é fuga passageira. A inteligência não se deixa subjugar por muito tempo, nem se submete à violência irracional.

O cinema nacional já não reclama: pede socorro. O próprio art. 19 do Decreto-Lei nº. 43, de 18-11-66, que estabelece a obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais, de acordo com a sua produção, acaba sem poder ser cumprido. Os diretores e produtores se autocensuram, mas isto não é o bastante. Para a Censura Federal é sempre pouco a

autocensura que se faz. É um prazer sádico os cortes na imagem, no diálogo, nos títulos. O
25 que fica é o resto, e pelo resto o público não quer pagar para assistir.

Do mesmo mal, sofre o teatro. De um lado, pleiteiam a regulamentação da profissão
de artistas teatrais. O Presidente da República lembra que até as empregadas domésticas já
estão inscritas no INPS, mas não dá um passo para essa regulamentação. Do outro lado,
reivindicam a criação de um órgão da Censura Federal para onde encaminhariam recursos em
30 favor das peças censuradas. A Censura que funciona em Brasília não explica as razões dos
cortes e dos vetos. Esta reivindicação é ilusória. O mal não está na Censura ou nos censores
de Brasília. Está no sistema implantado no País. Se recursos houvesse, seria para um órgão
com as características e a filosofia do já existente.

O cineasta Leon Hirszmann, participando de um debate sobre cinema brasileiro na
35 CNBB, destacou muito bem que o seu principal problema é a atuação dos órgãos de censura
“que impedem a discussão e propiciam a alienação do povo em relação aos seus problemas”.

No momento, 17 filmes nacionais estão retidos, há tempos, no Departamento de
Polícia Federal, aguardando certificado de liberação. A produção nacional, segundo dados
divulgados, caiu em 60%, em relação aos anos anteriores. As empresas distribuidoras já estão
40 com títulos protestados em cartório. Se não é bom negócio aos filmes brasileiros, não o são os
estrangeiros que aqui chegando, depois de percorrerem o mundo, sofrem cortes violentos da
censura que às vezes chegam a 30 minutos e que os transformam em exhibições anódinas e em
fracassos de bilheteria. Quanto mais um filme é elogiado pela crítica cinematográfica e pelo
público estrangeiro, mais amputações sofre pelos amputadores oficiais. É sabido que os
45 melhores filmes produzidos na Europa e nos Estados Unidos não podem ser apresentados no
Brasil. Há pouco tempo, algumas produções do chamado “cinema de nível” que sofreram
cortes e foram liberadas, tiveram sua quitação com a censura suspensa. Foram proibidas,
definitivamente, de serem exibidas aqui.

Estes fatos começam a repercutir desfavoravelmente, comprometendo, segundo
50 alguns, a nossa imagem no exterior. Mas, afinal, Srs. Deputados, que imagem pode ter esta
esfinge disforme, este duende horrível que nada respeita e tudo destrói? Só tem uma
verdadeira imagem: imagem do medo, do medo da verdade. (Muito bem. Palmas)

GENERAL PINOCHET: O INFAME

(15 DE MARÇO DE 1974)

O SR. FRANCISCO PINTO - (MDB -BA) Sr. Presidente e Srs. Deputados, certo dia, um tenente do exército, desvairado na caça aos comunistas, ordenou que suas tropas
5 atirassem sobre populações civis, mulheres e crianças indefesas. Dezenas de pessoas foram assassinadas inermes. A opinião pública do seu país e a mundial, revoltadas, pediram a punição do comandante criminoso. Esse tenente pertencia, contudo, ao exército mais poderoso do mundo, o Exército americano, e era combatente de guerra no palco do Vietnam: o Tenente William Calley, o anti-herói do massacre de Mi Lay, foi punido pela Justiça Militar
10 dos Estados Unidos, afastado do Exército, preso e, afinal, condenado. País algum o receberá com honras de qualquer espécie, porque desonrou a farda que vestia e as leis de guerra que jurou cumprir e obedecer.

Mas, ontem, Sr. Presidente, chegou ao Brasil e foi recebido com honras de Chefe de Estado, quem desonrou o Estado a que devia servir e a farda que o agasalha. Não fosse ele o
15 Chefe da Junta Militar que oprime o Chile, seria recepcionado como um "Calley". O repúdio seria a homenagem justa ao mais truculento dos personagens que, nas duas últimas décadas, esmagaram povos na América Latina.

Passa-se à História de duas formas, Sr. Presidente, pela grandeza ou pela torpeza das ações. O Chefe da Junta Militar do Chile, General Augusto Pinochet, preferiu parodiar
20 Juvenal:

"Que importa a infâmia quando fica assegurado o Poder?" A infâmia de assassinar coletivamente operários, mulheres, crianças, para prender um livre atirador qualquer que, em fuga, em vila operária se homiziara. A infâmia dos julgamentos sumaríssimos que inventou para matar inocentes e culpados. A infâmia de mentir ao mundo com seus campos de

25 concentração, tentando justificar os crimes que cometeu contra os que, no Poder, não
cometeram crimes contra ninguém. Quem Allende matou, Sr. Presidente? Mas aquele que se
intitula democrata, Augusto Pinochet, quantos crimes praticou? Quanto sangue sangrou dos
seus próprios patrícios para saciar sua sede de poder e para servir a patrões de outras pátrias?
Como todo fascista, serviu-se da democracia chilena para agora acusar os democratas cristãos
30 e os marxistas de prejudicarem o Chile, de servir a outros interesses e receber dinheiro,
obtendo ajuda externa, os primeiros da Itália e da Alemanha, e os segundos da Rússia e de
Cuba.

E Pinochet, a quem se vendeu? E a quem quer comprar, agora, Sr. Presidente,
quando anuncia que para aqui traz a intenção de formar um eixo político - Brasil- Bolívia -
35 Chile- Paraguai? Eixo político para que? E para servir a quem? de eixo, Sr. Presidente, basta o
EIXO de triste memória que a história registra: o EIXO formado pela Alemanha nazista, a
Itália fascista e o Japão.

O que nos vem do Chile de Pinochet é o fechamento de jornais, é a censura
desvairada à imprensa remanescente. O que nos vem do Chile é a opressão mais cruel, de que
40 nos dá idéia a reportagem e as fotos publicadas pela revista VISÃO, do campo de
concentração da Ilha Dawson. O que nos vem do Chile é o clamor dos presos, dos
perseguidos, do povo oprimido. É o horror do massacre promovido pelos golpistas. Três mil
mortos, segundo Pinochet declarou a Dorrit Harazim, da revista Veja, dois mil, segundo a
referência cínica que um dos comparsas de Pinochet em sua sinistra empreitada, o Brigadeiro
45 Leigh, fez ao repórter Prado da revista VISÃO. Oito mil, dez mil, ou muito mais, de acordo
com fontes menos suspeitas.

Agora não é a hora, contudo, de se examinar os erros das esquerdas, nem o lugar
para se sondar a profundidade de sua própria cegueira. Cegueira de esquerda é pior do que as

outras e é menos permitida aos vencidos do que aos vencedores. E esta cegueira é tão enorme
50 que parece ser quase voluntária.

Mas o que desejamos, Sr. Presidente, é apenas deixar registrado nos Anais o nosso
protesto e a nossa repulsa pela presença indesejável dos vários Pinochets que o Brasil
infelizmente está hospedando. Se aqui houvesse liberdade, o povo manifestaria o seu
descontentamento e a sua ira santa, nas ruas, contra o opressor do povo chileno. Para que não
55 lhe pareça, contudo, que no Brasil todos estão silenciosos e felizes com a sua presença, falo
pelos que não podem falar, clamo e protesto por muitos que gostariam de reclamar e gritar,
nas ruas, contra sua presença em nosso país.

Alguns o aplaudirão _ os eternos turiferários do Poder _ crentes de que, o
aclamando, agradam o Governo que amanhã se instala no Brasil. Outros censurarão a
60 Imprensa pelo que aqui se diz para que não se saiba que há os que resistem, em todas as partes
do mundo, contra a violência.

Enfim, Sr. Presidente, os anticristãos de lá e de cá, os que traem a pátria lá e aqui, os
inimigos do povo em todos os quadrantes da Terra não devem esquecer-se de que, pelos
crimes cometidos há sempre, mais cedo ou mais tarde, uma pena a purgar e a cumprir. Seria
65 cômodo pra aquele sicário ser julgado apenas pela História, mas, inapelavelmente cairá sobre
os seus ombros o julgamento dos seus contemporâneos. Aguardemos. (Muito bem. Palmas)